



WASSILY KANDINSKY, COMPOSIÇÃO IV (DETALHE), 1911

A roubada do milênio

No final de novembro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai iniciar uma nova rodada de negociações, em Seattle, nos Estados Unidos, que deve continuar por todo o ano 2000. Esta reunião ministerial vem sendo chamada de "rodada do milênio" – foi no fim da rodada anterior do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a "rodada Uruguai", que durou de 1986 a 1994, que foi formada a OMC.

Entre os objetivos das grandes potências e das corporações transnacionais em Seattle, estão o aprofundamento da abertura da educação, saúde e cultura à ação das grandes corporações, uma liberalização ainda maior do comércio agrícola, o fortalecimento dos acordos sobre propriedade intelectual (e do patenteamento de seres vivos) e a retomada das discussões de um acordo sobre condições de investimento no mundo, pelo qual os estados nacionais se comprometam a garantir o "ambiente" mais lucrativo para as corporações transnacionais. As discussões sobre o Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI), que vinham sendo conduzidas de forma sigilosa, foram frustradas no ano passado quando vieram à luz e a pressão pública levou a França a se retirar das negociações.

É justamente a atuação, na França, do movimento ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) que tem dado maior visibilidade à luta contra o desmantelamento da soberania dos estados e dos direitos sociais pelo grande capital financeiro. Campanhas de massa nos diferentes países podem explorar as contradições que o processo de mundialização cria e serem bem sucedidas em bloquear ou desviar a promulgação de uma "Constituição" do Capital Mundial, que formalize o "enquadramento" dos estados nacionais.

O Brasil tem seguido à risca as diretivas traçadas pelos Estados Unidos e será enquadrado pelos resultados destas negociações. Todos aqueles que lutam por uma alternativa ao modelo vigente tem, desta forma, um interesse especial em divulgar o que vem sendo chamado de "a roubada do milênio". O ATTAC já se formou no Brasil como um movimento amplo, suprapartidário, organizado em núcleos de militantes, e tem feito um trabalho importante de difusão de informações e disputa da opinião pública sobre as consequências da globalização. Mas esta ação política tem que ser multiplicada com o envolvimento do conjunto do movimento democrático e popular brasileiro.

O que está em jogo na "roubada do milênio" é, nada mais, nada menos, do que a definição das características do mundo em que viveremos no século XXI.

José Corrêa Leite é editor do *Em Tempo*

E AGORA, PT?

MILTON TEMER

Pois é. A marcha dos cem mil foi um sucesso total, de público e de crítica. Entusiasmou os participantes, espantou o ceticismo dos desacorçados e calou a boca dos detratores. Até o governo, que apostou no fracasso da manifestação, foi obrigado a botar o galho dentro e a veicular, pela mídia amiga, a versão do "empate", segundo a qual todos ganharam. A grande mídia eletrônica utilizou a técnica da fragmentação – retalhando em postas as imagens para descaracterizar o significado político – mas não conseguiu ocultar a dimensão do acontecimento. E os analistas que pontificam nos grandes jornais de circulação nacional tiveram que reconhecer a emergência de uma novidade: a presença massiva da cidadania nas ruas repudiando o governo.

Quando as leituras, procedentes dos mais variados quadrantes políticos e ideológicos, convergem para a aceitação tácita da importância de um acontecimento, a conclusão só pode ser uma: estamos diante de num novo divisor de águas. A marcha foi um marco político e deslocou o eixo da luta contra FHC e seu receituário neoliberal para um patamar qualitati-

vamente novo. Depois dela, nada será como antes. Essa avaliação foi consensual entre os petistas e os demais promotores da marcha. A massa popular, que produziu em Brasília a maior manifestação política da história da cidade, inscreveu o dia 26 de agosto no calendário das grandes lutas da cidadania brasileira.

Qual o lugar deste acontecimento, de importância reconhecida por todos, no quadro da luta política atual? Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que não foi um evento isolado. Um raio em céu azul que, mesmo luminoso, esgota-se em si mesmo. Resultou da confluência de uma série de fatores, que só a vida pode reunir, e se destina a produzir consequências profundas e duradouras no processo político subsequente.

A crise econômica, cuja existência ninguém nega, está desagregando o tecido social. Não se trata de um pequeno desacerto que possa ser corrigido com "ajustes" ou remendos parciais. É uma crise de modelo. Está crescendo na sociedade, de forma acelerada, a percepção de que o receituário neoliberal levou o Brasil para o buraco. E mais: o descalabro começa a ser atribuído ao seu verdadeiro responsável: o governo FHC. O mur-

múrio das ruas, as pesquisas de opinião e, agora, a retomada da mobilização social não deixam margem para dúvidas. Está ficando patente, para parcelas cada vez mais amplas da população, que o Brasil não vai sair da enlacrada da crise enquanto não se livrar deste governo.

Sem tais condições objetivas a marcha dos cem mil não teria existido. Mas ela não teria existido também, mesmo mantidas as mesmas condições, sem a iniciativa política da oposição. Não se trata apenas das milhares de ban-

quinhas, que colheram um milhão e trezentas mil assinaturas e foram os pequenos motores de arranque que acionaram o motor grande. Os partidos, organizações sociais e movimentos que organizaram a marcha foram bem sucedidos porque acertaram o passo com o eixo político que começa a unificar a cidadania. Esse eixo, que ficou claríssimo para todos que colheram assinaturas nas ruas e participaram da preparação da marcha, é o Fora FHC.

CONTINUA NA PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

As visões do exílio

Juarez Guimarães debate, a partir do livro *A opção brasileira*, o lugar da questão nacional para a esquerda brasileira e sua ligação com a fundação democrática do poder político.

PÁGINAS 8 E 9

CARLOS HENRIQUE ÁRABE ANALISA A EXPERIÊNCIA DO PT À FRENTE DO GOVERNO GAÚCHO

PÁGINA 4

DAVID CAPISTRANO FILHO E EMERSON MERHY DISCUTEM A SITUAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

PÁGINAS 10 E 11



Só mudou o uniforme



PUBLICADO NA REVISTA NOTAS Nº 14

MUNDO COMPRIMIDO

Se pudéssemos encolher a população do mundo numa vila de 100 pessoas, mantendo todas as proporções, eis o resultado. Haveria:

57 Asiáticos; 21 Europeus;
14 do Hemisfério Ocidental (Américas do Sul e do Norte); 8 Africanos;
52 mulheres; 48 homens;
70 não-brancos (amarelos, vermelhos ou negros); 30 brancos;
70 não-católicos; 30 católicos;
6 pessoas deteriam 59% de toda a riqueza, e todas elas seriam dos Estados Unidos;
80 morariam em casas abaixo do padrão desejável;
70 seriam analfabetos;
50 seriam desnutridos;
1 estaria à beira da morte, e 1 prestes a nascer;
1 (sim, só um) teria nível superior;
1 teria um computador.

Quando se considera o mundo de uma perspectiva tão comprimida, a necessidade de aceitação, compreensão e educação se torna absurdamente aparente, não?

(Phillip M. Harter, Stanford University)

ASSASSINADO SINDICALISTA DO ABC

João Trigueiro de Freitas, 38 anos, sindicalista cutista da categoria dos condutores do ABC, foi assassinado com quatro tiros na cabeça no dia 29 de setembro, quando chegava em sua casa, em São Bernardo do Campo.

Trigueiro, militante do PT daquela cidade foi, durante os anos de 1996-97, membro do Diretório Estadual do partido, compondo sua ala esquerda. Ele liderava a Oposição Alternativa dos Trabalhadores Rodoviários de São Bernardo e Diadema, que se opunha à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Grande ABC, comandada por Clodovil Cruz, que rompeu com a CUT e se aproximou da Força Sindical.

O histórico de violência nas disputas deste sindicato é longo. Em 1994, o presidente Oswaldo Cruz Jr. foi assassinado por outro diretor do sindicato em sua sala. Em setembro de 1995 foi morto Pedro Luiz de Melo, diretor suplente da última gestão de Oswaldo. Em 1997 foi assassinada Rosângela Gonçalves da Silva, em São Bernardo, ligada politicamente a Trigueiro, candidata da chapa de oposição à comissão de garagem da EPT (Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo). Até agora só foi preso o acusado de matar Oswaldo Cruz.

Trigueiro foi o principal líder das chapas cutistas apresentadas nas duas últimas eleições no sindicato. Em ambas, a violência contra os cutistas foi tão grande que chegou às páginas dos jornais. Mesmo assim, o trabalho da oposição vinha se fortalecendo – como mostrou a luta contra a instalação das catracas eletrônicas, que provocaria o desemprego de 600 condutores na região.

O grupo de oposição, após analisar o processo de degeneração do sindicato, do qual a violência sistemática contra os opositores é apenas uma das suas faces, resolveu avançar na construção de um novo sindicato dos rodoviários. Trigueiro havia voltado de Brasília no dia da sua morte, onde tinha formalizado o pedido de criação de um sindicato para os rodoviários de Diadema e São Bernardo, junto do Ministério do Trabalho.

Vicentinho declarou, na noite do velório, na sede do PT em São Bernardo, que era uma questão de honra ir até o fim na apuração e punição do responsável pelo assassinato de Trigueiro. Essa é a disposição de todos os que querem um sindicalismo democrático. É necessário dar um basta na violência contra os sindicalistas cutistas.

Júlio Tavares, secretário-geral do PT de Diadema.

5 ANOS DO REAL: UM FRACASSO

O Boletim Dieese fez recentemente um balanço de 5 anos do Plano Real. Reproduzimos aqui alguns dos dados apresentados nesse relatório.

Cinco anos depois:

- o PIB está estagnado (registrou uma taxa de 0,2% em 1998; segue igual caminho em 1999);
- a taxa de juros real (descontada a inflação) foi em média 26,2% no ano passado;
- a dívida interna pública (líquida) ascendia, em fevereiro de 1999, a R\$ 501 bilhões (em 1994 tinha sido de R\$ 153 bilhões). Só em 1998, o governo gastou R\$ 73 bilhões a título de juros de sua dívida;
- em fevereiro do presente ano, a dívida externa era US\$ 76 bilhões superior a 1994, atingindo a marca de US\$ 224 bilhões;
- déficits comerciais, pagamento da dívida externa, remessas de lucros de multinacionais etc. significaram um rombo externo (déficit de transações

correntes) de cerca de US\$ 35 bilhões em 1998;

■ nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese (São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Recife) havia, em finais de 1998, quase três milhões de desempregados, resultado das altas taxas de desemprego: 16% (Porto Alegre e Belo Horizonte), 18% (São Paulo), 20% (DF), 22% (Recife) e 24% (Salvador);

■ nesses cinco anos, o tempo médio de procura de trabalho dos desempregados passou na Grande São Paulo de 22 semanas para 36 semanas; e os desempregados que procuravam emprego havia mais de 12 meses eram 28% do total de desempregados.

É o retrato de um país estancado, com altíssimas dívidas interna e externa, com suas finanças sendo sangradas pelos capitais nacionais e internacionais e em franca deterioração social.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

UF: _____

CEP: _____

FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Nesta edição, um artigo de Daniel Bensaïd, sobre a atualidade do Manifesto Comunista e dois artigos abordando os desafios para uma ação política sobre os transgênicos.

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.

R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000

FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 - E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, GUSTAVO CODAS E CACO BISOL.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 25 DE OUTUBRO.

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br



E AGORA, PT?

A crise econômica já repicou na política e o resultado foi a transformação de FHC no rejeitado absoluto. E a crise do governo coincide com a crise da hegemonia do pacto das elites que está mandando no Brasil desde a era Collor. Isto coloca as oposições diante de uma encruzilhada histórica. Assumir o seu papel na construção de uma alternativa de contraponto radical ao modelo neoliberal, ou ensarilhar as armas permitindo que a saída para a crise se dê, mais uma vez, pelo rearranjo no interior das elites. O caminho da saída, tanto pelo conteúdo político quanto pelos métodos de mobilização, foi apontado pela marcha dos cem mil.

O INSTINTO DE SOBREVIVÊNCIA DAS ELITES

Não há exagero em dizer que todas as forças vivas, em ação no presente momento, estão refazendo seus cálculos e estratégias para o pós-marcha. A começar pelo próprio governo. Logo depois da marcha, mobilizou seu gigantesco aparato de propaganda para tentar vender o que ninguém quer mais comprar. A chorumela ficcional do plano plurianual virou o vistoso "Avança Brasil". FHC ocupou o horário nobre de todos os canais de televisão para dizer que vai fazer mais do mesmo que vem fazendo. Ou seja, prisioneiro da lógica que o constituiu, o governo dobra a aposta num tipo de política que a sociedade não pode mais suportar. Desesperado, acionou sua metralhadora giratória que só dá tiros pela culatra. Para melhorar sua popularidade, atacou o Congresso e atingiu a maioria que lhe dá sustentação. Quis mostrar firmeza e, como Judas, teve que se desmentir três vezes. Um caso perdido, gira em falso como uma biruta de aeroporto e se afunda cada vez mais.

A maioria oligárquica que dá sustentação ao governo no Congresso Nacional já sentiu o tropel do que está por vir. Quer chupar a última gota de sangue do moribundo ao mesmo tempo em que elabora pontos de fuga para o caso da morte súbita. Como alguém já disse, o PFL não frequenta enterros. Neste sentido, o comportamento de figuras como

ACM e Jáder Barbalho é típico. Se a oposição fica na defensiva, sem autenticidade e encolhida na subalternidade de propostas melhoristas, eles nadam de brachada. Conseguem operar a seguinte mágica: ficam no governo e se apresentam para a sociedade como críticos e opositores. Quando um deles inventou a CPI "sob controle" do Judiciário e o outro fez o mesmo para o sistema financeiro, era disto que se tratava.

São raposas felpudas que sempre fizeram política a partir da máquina do Estado e desenvolveram um atilado instinto de sobrevivência. Depois da marcha de Brasília, eles já refizeram os cálculos. A presença da cidadania, ocupando o espaço livre das ruas, tem o condão de dotar de nitidez o quadro político. Uma espécie boa de "Mister M" que desmascara os "mágicos" da política. Com o governo em agonia e a oposição de verdade ocupando as trincheiras da combatividade, estes dois filhotes da ditadura começaram a exercitar o "parlamentarismo pardo" na disputa pela relatoria do PPA. Uma ante-sala para o rearranjo golpista das elites oligárquicas.

Os tucanos estão em polvorosa. Andam entre Ceca e Meca a procura de uma tábua de salvação. Estão pressentindo a proximidade vertiginosa do ocaso da social-democracia brasileira, a que foi ser nunca ter sido. Fizeram o dever de casa na cartilha do FMI e agora querem se passar por desenvolvimentistas. O padrão FIESP-Mendonça de Barros de "desenvolvimentismo" é o que se chama leão de coleira. Ruge na rua e apanha do Malan em casa. Os titulares mais qualificados do tucanato exibem a feição contrafeita do constrangimento. FHC gira em falso, Serra está na muda, Tasso deita falação desencontrada e o Covas, "ovacionado", chegou a declarar que só não sai porque pode.

E mais do que isso. Já começou uma diáspora nas bases do tucanato. E sabem para onde estão voando essas aves de vôo rasteiro? Para um viveiro que, depois da marcha, começou a receber a proteína, os recursos, o alpiste e as diretrizes da parte do *establishment*, das elites, do patronato político brasileiro. É o fenômeno que Clóvis Rossi define a partir da máxima de Lampedusa no Seu romance *Oleopardo (Il gattopardo)*: "dar impres-

são que tudo muda para que tudo fique igual". Faz parte da tradição das nossas elites e ocupa um lugar de destaque na caixa de ferramentas onde conserva suas alternativas. Ela opera por interpostas figuras, sempre descartáveis, ao mesmo tempo em que se prepara para tirar a sardinha do fogo com a mão do gato. E o próximo *gattopardo* já existe. Atende pelo nome de Ciro Gomes e, exibindo uma folha de serviços que vai do PDS ao PPS, já se apresentou para a tarefa.

A RESPONSABILIDADE DO PT

Nós, do PT, também precisamos tirar ensinamentos da marcha dos cem mil. Algumas coisas ficaram patentes com uma clareza cristalina. Bastou a maioria da direção se afastar — por um milímetro de espaço ou fração fugaz de tempo — da moderação conciliatória para o partido crescer na sociedade. Ficou claro que o nosso lugar é na linha de frente da contestação à legitimidade do governo FHC e no contraponto radical ao modelo do receituário neoliberal. Essa é a expectativa da nossa base social e de parcela significativa da cidadania democrática.

Ficou claro também qual é o caminho para recompor a unidade de ação política do partido, reacender o brilho da nossa estrela, resgatar o entusiasmo e a fraternidade militante. Conceitos como governabilidade interna, hegemonia democrática capaz de cimentar a nossa unidade, tudo isso só faz sentido na medida em que o partido passe a operar em sintonia com as virtudes que fizeram dele a principal novidade da política brasileira neste último quartel de século. Um partido militante, que atua no cotidiano de lutas da população, conquista mandatos para colocá-los a serviço da transformação e está comprometido com a livre manifestação dos conflitos sociais.

A construção de uma alternativa democrático-popular, capaz de tirar o Brasil da enlacrada da crise, tem no PT o seu polo fundamental de condensação. Essa é uma questão importante, não apenas para o PT e as demais forças de esquerda, mas também para a democracia brasileira. A recomposição do pacto das elites, que está trincado pelo fracasso

A PRESENÇA MASSIVA DA CIDADANIA NAS RUAS, REPUDIANDO O GOVERNO, EVIDENCIA OS LIMITES DO SEU PROJETO. É A ATUAÇÃO DO PT QUE PODE CANALIZAR ESSE DESCONTENTAMENTO PARA UMA ALTERNATIVA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E POPULAR.

MILTON TEMER

do receituário neoliberal, é uma possibilidade que está na linha do horizonte. Ela pode vir pelo golpe aberto, pelo golpe branco do parlamentarismo, ou pelo *gattopardismo* da manobra de envolvimento. Esses caminhos, que arrastariam o Brasil para mais um período de desastres, precisam ser evitados.

A unidade tática construída na preparação da marcha sobre Brasília foi um primeiro passo. A tarefa agora, para que o nosso partido possa cumprir o seu papel, é sair da defensiva estratégica e parar de emitir sinais contraditórios. É preciso acreditar mais na nossa base social, na nossa história de lutas e no nosso próprio taco. E jogar o jogo da nitidez, que é como a sociedade nos conhece e respeita. A primeira via, a do receituário neoliberal, está fazendo água grossa. A segunda via, construída historicamente nas três últimas disputas presidenciais, é a nossa, do PT e da proposta democrático-popular. Terceira via, numa sociedade com o nosso grau de desigualdade, é acostamento. Ou espaço do *gattopardismo*, que só cresce como disfarce da primeira via e com o apoio dela.

O quadro político é grave e o nosso partido tem responsabilidade efetiva no seu desdobramento. Não podemos vacilar nem ficar no morde e assopra ou a reboque dos acontecimentos. Está na hora de acertar o passo com o eixo que começa a unificar o movimento da rua. A consigna deste movimento, o Fora FHC, deve definir a linha central da ação política do partido. Coerente com isto, a centralidade da nossa ação no Parlamento deve estar voltada para a comprovação dos crimes de responsabilidade do presidente, como maneira de desencadear o processo de *impeachment*. Sem abandonar os demais pontos da agenda, essa é a maneira de colocar o Parlamento em sintonia com o estado de espírito da cidadania.

O posicionamento do PT, por conta da importância da sua base social e da influência que ele construiu na história recente, tem repercussão na disposição das peças no tabuleiro do xadrez político. A marcha dos cem mil mostrou isso pela enésima vez. Sempre que aparece um PT com cara de PT e uma CUT com cara de CUT o jogo é um. Quando aparece um PT com cara de PTBe uma CUT com cara de Força Sindical o jogo é outro. Há uma demanda, na sociedade, pela ação ousada e decidida de um partido do tipo daquele que nós construímos. E agora, PT?

MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PELO PT-RJ E CANDIDATO A PRESIDENTE DO PT NACIONAL.

O PT E SUA EXPERIÊNCIA GAÚCHA

O PROCESSO QUE O PT DESENVOLVE À FRENTE DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL É UM TESTE DECISIVO PARA O PARTIDO COMO UM TODO E PARA CADA UMA DE SUAS CORRENTES.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A conquista do governo do Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores se deu a partir de uma grande polarização política e social no estado. E esta confrontação continua se desenvolvendo desde então, marcando a gestão Olívio e Rossetto. Isso reforçou, e muito, a importância da experiência do PT daquele estado: é a que mantém maior continuidade e coerência na construção de um programa de mudanças estruturais para o Brasil.

Parte destacada desta experiência é o orçamento participativo, um processo que – mais do que legitimar e dar sustentação a um governo de esquerda – representa a construção de uma nova institucionalidade, a partir de elementos de democracia direta, alterando as relações políticas secularmente estabelecidas entre governantes e governados.

Também nesta experiência presenciávamos a coerência entre os compromissos assumidos com uma base social popular no momento da disputa eleitoral e no momento seguinte, de exercício do governo.

Este desenvolvimento contrasta com o quadro nacional.

Quando analisamos o sentido das experiências anteriores em governos estaduais (os de Vitor Buaiz no Espírito Santo e de Cristovam Buarque no Distrito Federal) e mesmo grande parte das experiências municipais (particularmente nas cidades do estado de São Paulo), observamos que tiveram fortes traços de adaptação da ação governamental às estruturas institucionais existentes, em geral acompanhada do abandono das iniciativas de confronto com os interesses das classes dominantes locais. Ora, no caso do Rio Grande do Sul, além do orçamento participativo, disputas como aquelas em torno da instalação da Ford ou da proibição do cultivo de alimentos transgênicos vêm estabelecendo uma contínua disputa com as elites do estado.

Quando tomamos a elaboração programática nacional do PT, vemos que ela sofreu uma ruptura depois de 1994. Prosseguia-se, até então, o desenvolvimento, iniciado com o 5º Encontro Nacional em 1987, de uma concepção que buscava expressar os interesses da classe trabalhadora e da maioria, que incluía fortes elementos de uma estratégia de transição ao socialismo. Esta perspectiva foi muito mais clara em 1989 do que em 1994, quando já estava bastante atenuada pelo viés economicista que orientou o programa, mas ela ainda era a visão estratégica que estruturava nossa elaboração.



Já em 1998, apresentamos, nacionalmente, um programa “minimalista”, que não guardava nexos com estas elaborações. Ora, a orientação da ação política de governo no Rio Grande do Sul tem caminhado no sentido oposto, sendo criticada por estabelecer uma confrontação estratégica de projetos com a burguesia do estado.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

A experiência sulina também manteve uma outra continuidade, tão ou mais importante que a anterior: o crescimento institucional teve um forte lastro de organização social, de lutas e mobilizações. Diferente do quadro nacional e de muitos estados, não houve um “descolamento” entre estes dois planos. Talvez o momento mais claro deste processo tenha sido a eleição para o governo do Estado, no ano passado. Muito mais que uma batalha político-eleitoral, tivemos uma intensa mobilização popular, opondo as forças organizadas dos trabalhadores e de setores médios às da burguesia (ver o balanço das eleições no *Em Tempo* n.º 304, novembro de 1998). Para retomar o debate sobre a estratégia do PT, podemos dizer que no RS foi onde mais se construiu um equilíbrio entre os dois braços de um movimento de “pinça”, voltado contra os centros do poder burguês – um movimento político e social transformador que manteve um sentido combinado e de reforço mútuo entre as conquistas nas suas frentes de ação de massa e institucional.

O partido se construiu ao longo deste período de uma maneira democrática, sendo o primeiro estado a colocar em prática a proporcionalidade na composição das direções. Os seus encontros ainda hoje guardam relação – apesar da adoção nacional de normas no sentido contrário (as urnas abertas) – com a idéia de assembleia de militantes e filiados para discutir e deliberar políticas do partido.

Estas continuidades e a democracia na construção do PT no estado tornam a experiência do PT-RS, hoje, a mais avançada de todo o Brasil. E, ainda que estes não sejam os únicos elementos a explicar

um desenvolvimento político tão favorável, parecem muito mais significativos do que um certo senso comum que diz que o Rio Grande “é um outro país” – o que, muitas vezes, é utilizado para justificar práticas diluidoras e antidemocráticas que ocorrem no PT de outros “países” do Brasil, a começar por São Paulo.

Mas não se trata de ver esta experiência como a única do PT que acumulou aspectos positivos ou, tampouco, isenta de problemas (muito dos quais comuns a todo o partido).

LIMITES E DIFICULDADES

Sem a pretensão de um exame acabado, é possível situar aqui dois deles.

O primeiro parte justamente da constatação, óbvia, de que o Rio Grande do Sul não é um outro país. E que, por isso mesmo, os condicionantes nacionais tendem a pesar cada vez mais na experiência gaúcha. Isto é visível não só nos aspectos gerais (da economia, da relação federativa, etc), mas também no que se refere ao funcionamento partidário.

De outro lado, isso também permite buscar uma maior incidência política no processo nacional desde o Rio Grande do Sul. Deste ponto de vista, é possível identificar uma ação importante a partir da prefeitura de Porto Alegre, sobretudo na expansão da idéia do orçamento participativo e da sua inclusão como um elemento fundamental nas plataformas municipais que o PT apresentará nas próximas eleições. Com a conquista governo do Estado esta dimensão ficou muito reforçada e deve ser construída como um aspecto central (e não como mera consequência da ação dentro do estado).

O segundo problema é como os debates do PT têm abordado os desafios da nova situação após a conquista do governo estadual. As recentes resoluções do Encontro Municipal de Porto Alegre bem como o caderno de textos de balanço do governo estadual, organizado para a preparação do Encontro Estadual, apontam aspectos preocupantes.

No Encontro de Porto Alegre apenas o campo Compromisso PT (Democracia Socialista, Esquerda Democrática, Ação Democrática) fez um balanço global-

mente positivo do governo estadual. A resolução aprovada acusa o governo Olívio de ter “beijado a mão” do PMDB no episódio do conflito com a Ford. Nesta resolução somaram-se a Articulação de Esquerda (que deve ser a corrente mais representada no governo estadual mas que, curiosamente, não assume a sua defesa e nem discute seriamente os seus rumos) e o chamado PT “Amplo” (Articulação-Unidade na Luta e Democracia Radical) que, em documento próprio, caracteriza o governo Olívio, entre outros aspectos, como um governo de conflitos (esquerdista).

Estas correntes ao agir assim perdem o sentido de que o governo Olívio/Rossetto é um governo de *tudo* o partido (que dirige a frente popular). Adotam o imediatismo motivado pela disputa eleitoral (interna e externa) sobrepondo as responsabilidades de direção, além de não conseguirem justificar a disparidade entre posicionamentos das mesmas correntes quando no governo e quando nos debates partidários.

Estes processos mostram que há hoje uma crescente distância entre a disputa pela direção e a aceitação da responsabilidade de formulação, posicionamentos e ação políticas necessárias para responder aos desafios da condução do governo do estado no Rio Grande do Sul. Mostram que é preciso construir uma nova direção e uma nova dinâmica partidária que correspondam à nova situação política e à nova dinâmica desencadeada com a eleição de Olívio e Rossetto.

A relação do partido com a experiência que se desenvolve no Rio Grande do Sul é decisiva para vencermos os conflitos com a burguesia. Mas é também decisiva para a própria evolução das correntes internas do PT nacionalmente (em particular, daqueles setores considerados, até agora pelo menos, à esquerda), pois a capacidade de responder aos desafios das situações mais críticas, de maior conflito social e político, de maior exigência de direção, é que prova as qualidades e os limites do partido como um todo e de cada uma de suas correntes.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

Para o próximo 10 de novembro está convocado um Dia Nacional de Protestos e Paralisações.

Trata-se do desdobramento da proposta de greve geral aprovada por unanimidade na Plenária Nacional da CUT de setembro passado e que foi encampada pelo Fórum Nacional de Lutas que reúne os partidos de oposição e os movimentos sociais combativos do país.

Essa decisão envolve, pelos menos, dois grandes desafios para a esquerda. O primeiro é dar uma dimensão nacional e de massas à luta contra o governo FHC. Este ano foi extremamente rico em iniciativas de mobilização. Mas tivemos uma certa dispersão de ações (até meados do ano) ou, então, iniciativas nacionais cujo foco foi fundamentalmente Brasília e se apoiaram na militância mais ativa.

O momento alto dessa fase foi, sem dúvida, a "Marcha dos 100 mil" que compôs, com outras ações, um quadro impressionante de mobilizações: o Grito dos Excluídos (7/09) que foi realizado a nível nacional; a Marcha em Defesa da Educação (6/10) que teve seu foco em Brasília; a Marcha Popular pelo Brasil (25/07 a 07/10) organizada pela Consulta Popular e que fez o percurso do Rio de Janeiro até a Capital Federal e o Grito dos Excluídos Latino-Americano (12/10), que no Brasil foi realizado em Brasília e Foz de Iguaçu, fronteira com o Paraguai.

Agora, trata-se de expressar num único dia, em todo o território nacional, através de greves e ações de impacto envolvendo amplos setores da população, a rejeição popular a FHC, que todas as pesquisas de opinião detectam. Para além da militância, o problema é como conseguir um engajamento ativo de amplos setores populares que até o presente tiveram pouca atividade política de oposição ativa à FHC.

O PAPEL DA CUT

O segundo grande desafio é o da participação do movimento sindical nesse dia com a parte que lhe cabe, isto é, realizando greves em setores-chave da economia e da classe trabalhadora brasileira. Esquemáticamente podemos dizer que no dia 10 de novembro, a parte dos "protestos" é responsabilidade dos movimentos sociais e partidos de oposição e a das "paralisações" deve ser a parte da CUT e seus sindicatos.

Houve uma sensível diminuição do volume de greves ao longo dos anos 90. Isso fez proliferar, no mundo acadêmico e na esquerda, todo tipo de "teorias" sobre o fim ou o enfraquecimento definitivo da ação sindical tradicional. E, de fato, houve um acomodamento de muitas direções sindicais a uma situação que parecia "objetivamente" determinada (pressão do desemprego, terceirizações, "reestruturação" das empresas, novas profissões pouco afeitas à atividade sindical) ou fruto de uma avalanche ideológica frente a qual não se tinha respostas (individualismo na sociedade, "movimento pela qualidade total" nas empresas, "fim da história" etc.). O sindicalismo, então, deveria buscar sua legitimação em outras fontes (prestação de serviços aos sindicalizados, cursos de formação profissional etc.).

As sucessivas crises do plano real foram, desde 1997, mudando esse cenário. O discurso oficial organizado em torno à estabilização da moeda foi perdendo legitimidade e está, depois da crise de janeiro deste ano, amplamente desmoralizado.



REUS CARLOS INQUETES NA PORTA DA HIGIENIZAÇÃO NA GREVE DOS METALÚRGICOS EM 1999

GREVES E PROTESTOS EM 10 DE NOVEMBRO

A reabertura de espaços para a ação sindical "tradicional" foi sentida já em 1998 quando a greve das universidades colocou o governo na defensiva – uma situação diametralmente oposta à postura que FHC conseguiu ter em 1995 frente a greve dos petroleiros e do funcionalismo federal (incluindo nele os trabalhadores destas universidades).

O ano de 1999 mostrou que o potencial grevista está também presente no setor industrial, malgrado a recessão em que o governo jogou o país. Iniciou-se com a luta dos trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo contra as demissões em massa, que em meados do ano teve um segundo capítulo com a mobilização contra a "guerra fiscal" – que envolveu centralmente os metalúrgicos da Ford Ipiranga na capital paulista – quando começaram a ser sentidos os efeitos da mudança de estratégia da empresa provocada pelo pacote de isenções fiscais e ajuda financeira com que FHC e ACM levaram a nova planta da Ford para a Bahia.

Nesse período houve uma greve que surpreendeu o movimento sindical. Os trabalhadores da Volkswagen de São Carlos (SP) realizaram uma paralisação por equiparação de salários e condições de trabalho com os do ABC. O sindicato da cidade é da Força Sindical e a greve foi feita contra sua direção; iniciada a greve, ela foi acompanhada pela direção cutista do Estado, mas a iniciativa foi dos trabalhadores de base. Essa luta conseguiu avanços na pauta econômica e obrigou a empresa a aceitar a eleição de uma Comissão de Fábrica (para a qual foram eleitos trabalhadores identificados com a CUT).

Foi o primeiro sinal do esgotamento de uma estratégia patronal largamente utilizada nesta década: a da dispersão das plantas industriais (desfazendo os polos de concentração operária) e a localização das novas fábricas em regiões que oferecem a possibilidade de pagar

salários menores a uma classe trabalhadora jovem e mais qualificada, além das vantagens da "guerra fiscal".

FESTIVAL DE GREVES

Na sequência dessa greve, a direção da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT lançou uma campanha pelo Contrato Coletivo Nacional para o setor automotivo (montadoras e auto-peças), que obteve a adesão da Força Sindical. As reivindicações são o piso salarial nacional para a categoria e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Busca-se construir uma ferramenta que iniba a estratégia patronal de aproveitar as enormes diferenças salariais e de condições de trabalho hoje existentes.

Inicialmente foi pensada uma greve geral do setor para 14 de setembro; posteriormente substituída pelo "Festival de Greves", estratégia que consiste em cada semana parar montadoras e auto-peças de Estados diferentes, ao longo de setembro e outubro. Dessa forma, é possível concentrar a militância dos sindicatos para agir unificadamente, aumentando o poder de pressão sobre fábricas recém-instaladas ou com pouca tradição sindical.

Ficou evidente que a estratégia patronal no setor não é invulnerável. Contrariamente à idéia de que os trabalhadores das novas fábricas estariam submetidos às gerências – ativamente, por conta das estratégias empresariais de "envolvimento" ou passivamente, pelo medo ao desemprego – o que se viu é outro cenário. Todas as plantas novas (Volkswagen em Resende, RJ; Mercedes Benz em Juiz de Fora, MG; Toyota e Honda, em Campinas, SP) fizeram greve a partir de decisões tomadas em assembleias dos trabalhadores.

Por outro lado, no debate público, é indefensável a posição das empresas de

AS GREVES NO SETOR AUTOMOTIVO MOSTRAM QUE O MOVIMENTO SINDICAL PODE TER UM PAPEL DECISIVO NO DIA NACIONAL DE PROTESTOS E PARALIZAÇÕES.

RAFAEL FREIRE E GUSTAVO CODAS

pagar salários muito menores por trabalho igual, a trabalhadores que, em muitos casos, têm uma maior qualificação profissional.

De fato, abriu-se com o "Festival de Greves" um novo capítulo sindical no setor industrial – que até agora não tinha realizado campanhas sindicais nacionais nos moldes dos bancários, petroleiros, funcionalismo federal, correios, etc.

Poderão ser aproveitadas para o Dia Nacional de Paralisações e Protestos também as potencialidades das campanhas salariais dos bancários, petroleiros, químicos e outras categorias que têm data-base no segundo semestre.

Em suma, dizer que a tarefa do movimento sindical é fazer greves em 10 de novembro não é apenas retórica. Trata-se de inserir as campanhas salariais e lutas sindicais em curso no grande leito da luta contra o governo FHC, de buscar que se reforcem mutuamente as dimensões políticas e sindicais das mobilizações deste final de ano.

RAFAEL FREIRE É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT E GUSTAVO CODAS ASSESSOR DA CUT NACIONAL.

AS ENERGIAS DO PARTIDO ATÉ AGORA SE CONCENTRARAM EM DISPUTAS DESPOLITIZADAS PELOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS, PREPARANDO O TERRENO PARA AS ELEIÇÕES DO PRÓXIMO ANO.

JOAQUIM SORIANO

O II Congresso do PT, aguardado por anos, ainda não conseguiu ser um momento privilegiado de discussão política, que avalie criticamente nossa trajetória, avance na elaboração programática e examine nossa organização – que organize uma força social e política orientada por um programa para disputar o governo e o poder no Brasil.

O PT que realiza seu II Congresso é bastante diferente daquele que, em 1991, realizou o I Congresso. Uma das modificações mais decisivas dos últimos anos foi a forma como se deram os Encontros de Base. No I Congresso os Encontros Zonais e Municipais duravam dois dias com debates preparatórios e discussão antes de votar. Neste ano os encontros de base se resumiram a uma urna aberta o dia inteiro, algumas filas, nenhum debate. Mas havia muita disputa, em geral voltada para questões municipais, relativas às eleições do próximo ano, prováveis candidaturas e força dentro do PT.

Esta disputa municipal não se combinou com nenhuma das discussões propostas para o II Congresso. É muito pouco provável que estes encontros forjem uma orientação política capaz de se contrapor à dinâmica fragmentada das disputas eleitorais municipais.

AS FILIAÇÕES EM MASSA

Um ingrediente novo neste combalido processo eleitoral interno foram as filiações em massa em diferentes cidades. Filiar em massa para levar muita gente para votar no dia do encontro, para mudar a maioria ou para consolidar mais maioria. Numa próxima disputa, repete-se o mesmo? Este é o caminho certo para um novo tipo de partido, que poderia chamar-se “partido motel”. Fica-se um pouquinho e vai-se embora.

O problema da filiação em massa não está só naquelas feitas por “terceiros”, como as identificadas no Rio de Janeiro e anuladas pelo Diretório Nacional (DN). Também não só naquelas identificadas em Recife e também anuladas pelo DN, onde “um mesmo punho” assinou mais de uma ficha de filiação. O problema mais fundo é quando militantes, inclusive fundadores do PT, estabelecem relações com comunidades, onde as pessoas vivem em condições precárias, que vão na contramão de uma prática emancipadora. São relações tradicionais, clintelísticas, que podem ferir até a morte o nosso projeto.

É urgente que o II Congresso ponha um fim à esta prática. A relação da cidadania com o partido só pode ser política. A filiação ao partido deve ser uma escolha livre num ato público de adesão.

Também foram realizados os Encontros de delegados e delegadas em algumas

OS ENCONTROS PREPARATÓRIOS DO CONGRESSO

capitais. Estes ainda guardam espaço para o debate em plenário. Nos últimos finais de semana de outubro realizam-se os Encontros Estaduais e no final de novembro o II Congresso. Lutaremos para que os Encontros Estaduais e o II Congresso ainda coloquem a discussão e as disputas internas à altura das tarefas que a conjuntura exige do PT. A crise impõe uma outra dinâmica. O acúmulo de forças não se dá somente pela conquista gradativa de posições governamentais ou de maior presença nos parlamentos, nem tampouco só de constituição de força nos movimentos sociais. Para o PT o acúmulo se deu por saltos. Entender o momento atual é a primeira tarefa para aproveitar todas as potencialidades abertas. As eleições municipais são importantes, mas se inseridas numa perspectiva abrangente de luta pela disputa de rumos da nação.

OS ENCONTROS DAS CAPITALS

A seguir o quadro de alguns encontros de capitais, marcados pelas disputas em torno das eleições de 2000.

Maceió: o presidente eleito em segundo turno, Ricardo Coelho – da tendência local PT de Cara Própria – venceu com o apoio da Democracia Socialista (DS) e da Articulação de Esquerda o candidato da Unidade na Luta, o vereador Judson. O tema central foi a disputa da prefeitura na capital e a coligação com o PSB. Em Alagoas o PT participa da coligação com o PSB no plano estadual, mas na capital há uma posição amplamente majoritária de lançar candidatura própria. No primeiro turno Gino da DS teve 149 votos, Judson 157 e Ricardo 150.

Fortaleza: a companheira Luizianne Lins, vereadora e membro do DN, foi eleita presidenta do Diretório Municipal, uma das poucas presidentas de Diretórios Municipais do PT. Em Fortaleza a política eleitoral aponta para uma aliança com o PC do B com o deputado federal Inácio Arruda como candidato.

Salvador: num encontro pequeno (cerca de 70 presentes) o deputado fede-

ral Nelson Pelegrino foi eleito presidente do DM. Nelson aparece nas pesquisas como o preferido dos soteropolitanos para a eleição de 2000. O PT vai fazer uma prévia ainda este ano.

Belém: num encontro muito concorrido, os assuntos do governo municipal, as alianças internas para as próximas eleições e as relações entre o governo e o partido conformaram as discussões. A hipótese mais forte é a indicação do prefeito Edimilson Rodrigues para a reeleição tendo como companheiro de chapa um deputado federal da Unidade na Luta e não mais a atual vice-prefeita Ana Julia.

São Paulo: o deputado federal Ricardo Berzoini foi eleito presidente do DM no primeiro turno. Berzoini foi presidente do Sindicato dos Bancários, é da Unidade na Luta assim como os irmãos Tatto (o vereador Arselino e o deputado Gilmar) e foi apoiado pelo grupo do ex-deputado Rui Falcão e pelo grupo do deputado federal e Secretário Geral Nacional do PT, Arlindo Chinaglia. A Unidade na Luta rachou em São Paulo: a maioria de suas lideranças da capital estava com o deputado estadual Carlos Zaratini, assim como a Democracia Radical – este racha se manteve no Encontro Estadual: a deputada Iara Bernardi disputou com Paulo Frateschi, que ganhou, a presidência do DR. A esquerda partidária disputou o Encontro Municipal com Raimundo Bonfim, da Coordenação da Central de Movimentos Populares (e o Estadual com Ivan Valente). O Encontro demonstra que a candidatura de Marta Suplicy à prefeitura está bastante consolidada, mas que há muita disputa em torno da condução da campanha e da composição da chapa.

Recife: o presidente eleito é o companheiro Mucio Magalhães, da Articulação de Esquerda e assessor do deputado estadual João Paulo. Mucio contou com o apoio da DS, dos deputados estaduais Sergio Leite, Paulo Ruben e João Paulo. Esta vitória se dá depois do gigantesco esforço da Unidade na Luta, que sob a liderança do ex-deputado federal Humberto Costa, filiou na casa dos milhares e

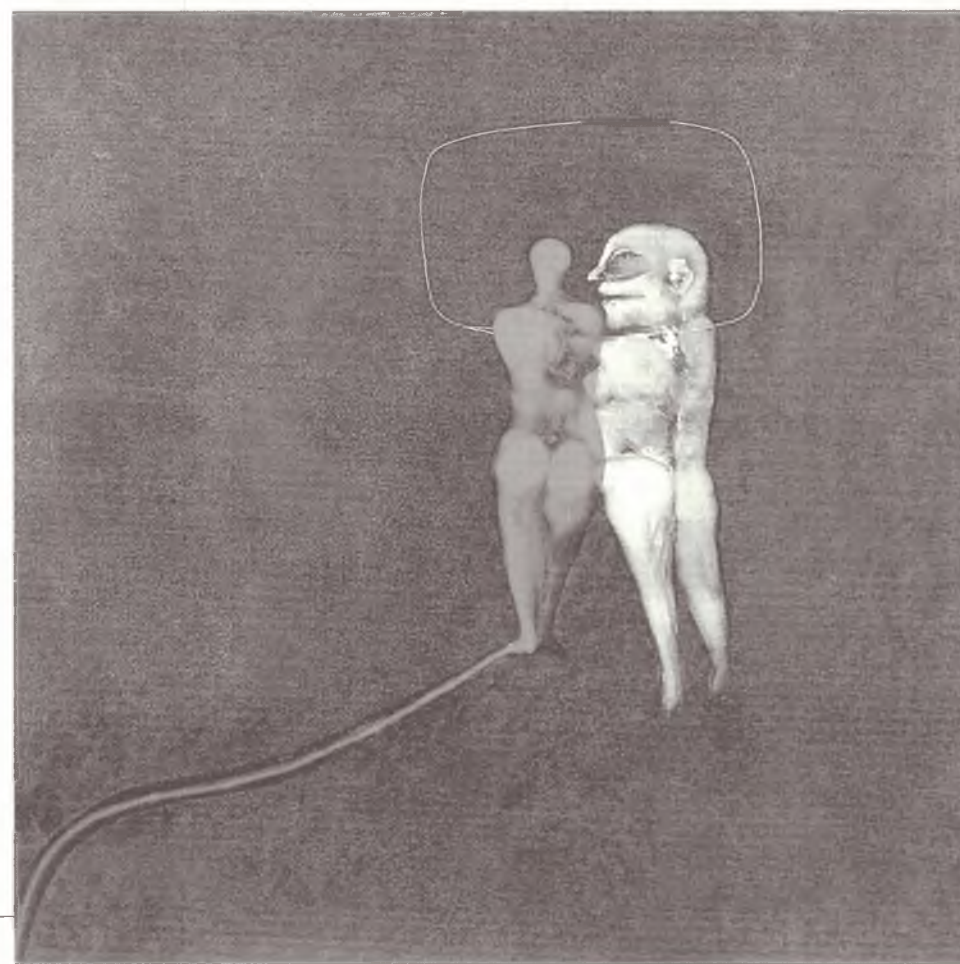
anunciou pela imprensa local a vitória acachapante do seu grupo. Humberto contava com forte liderança, especialmente na região metropolitana de Recife, mas a sua renúncia à candidatura a prefeito em 1996 e a sua candidatura ao Senado em 1998, ganhando o PT para o apoio à reeleição de Arraes, comprometeram sua imagem construída anteriormente, de alternativa de esquerda às velhas oligarquias.

Rio de Janeiro: O presidente eleito, Wilson Faria, é fundador do PT, sindicalista vindo da Igreja católica. Foi candidato a prefeito do Rio em 1985, quando tivemos uma votação modesta. Naquela época aparecíamos como alternativa ao populismo do PDT. A aliança com o PDT ou a alternativa do PT continua sendo o principal tema dos debates cariocas, especialmente depois da intervenção em 1998. O mais notável nesta disputa é que depois do enorme esforço para novas filiações, conhecido como “projeto 2000”, a Unidade na Luta não conseguiu vencer o Encontro Municipal. O projeto mais acalentado pela atual vice-governadora, Benedita da Silva, é ser candidata com o apoio do PDT e vencer a eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro. O deputado estadual Chico Alencar é candidato a prefeito, sem aliança com o PDT.

Porto Alegre: um encontro bastante movimentado levou para o segundo turno Waldir Bohn Gás da DS e Jairo Carneiro da Unidade na Luta. Uma parte da esquerda do PT apoiou o candidato da Unidade na Luta (que lá se chama Amplo). Mas a novidade não reside aí. O que é novo e preocupante é que durante os debates prévios, teses, posições políticas, polêmicas foram estabelecidas no partido e na hora da votação por um passe de mágica posições absolutamente divergentes se juntam numa mesma resolução como sobre o “caso Ford”, onde o Amplo dizia que tinha que negociar mais para a Ford ficar e a AE dizia que não devia negociar nada e ponto). A estranha aliança da Articulação de Esquerda com o Amplo prosseguiu no segundo turno, dia 17 de outubro, quando Waldir foi eleito presidente do Diretório Municipal com 881 votos, contra 661 dados à Jairo Carneiro (pelo PT amplo, Articulação de Esquerda e O Trabalho) e deve prosseguir para o Encontro Estadual.

Belo Horizonte: nesta capital há muitos anos a Unidade na Luta busca ser maioria. Desta vez conseguiu. Nilmário Miranda, deputado federal, foi eleito presidente do Diretório Municipal. A partir de Belo Horizonte pode-se observar que por mais esgarçados que sejam os encontros partidários eles não espelham somente a correlação de forças interna ao PT no sentido estrito. Em Minas Gerais, quem representa a maior inserção e subordinação ao governo Itamar não é a Unidade na Luta, mas são militantes que em outros momentos somaram com a esquerda. A perda de referências anteriores e as posições ambíguas cobraram caro. A Unidade na Luta depois ganhou também a presidência do Diretório Regional, com a deputada Maria do Carmo.

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO PT.



Faz parte do senso comum cutista afirmar que o capital está cada vez mais internacionalizado e que em resposta devemos avançar na organização sindical internacional. Mas na militância cutista há uma enorme falta de informação sobre o tema, que dificulta o debate e faz a discussão interna deslocar-se para o terreno empobrecido do “desfilia X mantém filiada a CUT a CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres)”.

Na sua defesa da filiação da CUT à CIOSL em 1992, a Articulação Sindical afirmou que essa organização seria um espaço para amplificar a política internacional cutista. Mas tal estratégia só poderia ser bem sucedida se fosse articulado um campo à esquerda na CIOSL, que desse visibilidade a uma política diferente à sua direção majoritária (que é da social-democracia europeia).

No entanto, o setor majoritário da CUT tem trabalhado uma visão que privilegia a articulação com uma parte do núcleo de poder dentro da CIOSL (Espanha-Itália-França, que é o setor “mais sensível” ao Terceiro Mundo), praticando uma “diplomacia sindical” que não acumula no sentido do fortalecimento de um polo combativo internacional.

Ao mesmo tempo, a CUT mantém relações estreitas também com as organizações da esquerda da CIOSL (Cosatu, da África do Sul; KCTU, da Coreia). E, ainda que episodicamente, se pronuncia sobre temas que demarcam com a maioria da direção internacional (como a defesa de Cuba frente ao bloqueio norte-americano).

Os sindicalistas da atual Alternativa Sindical Socialista defenderam contra a filiação, mas com um certo leque de argumentos. O mais importante era que o principal problema da política internacional residia na própria CUT, que deveria clarear qual era sua estratégia para não ser arrastada pelas políticas das organizações com que se tinha ou pretendia estabelecer relações.

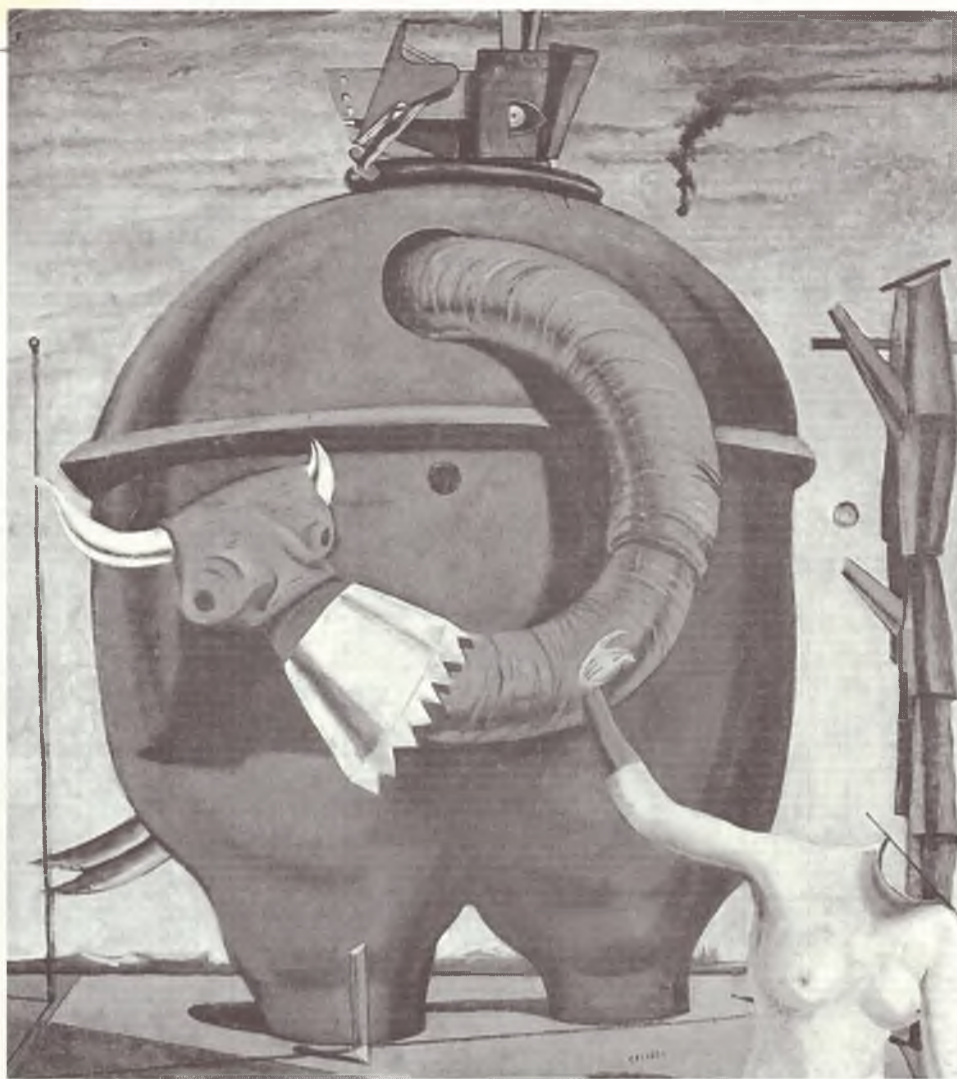
AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Quando se pensa em aliados para uma política internacional combativa, vê-se logo que eles são muito diferentes entre si. Eis alguns casos:

■ Centrais sindicais independentes das organizações mundiais. Algumas delas tem um peso preponderante em seus países, como a PIT-CNT do Uruguai, as comunistas CGT francesa e CGTP-IN de Portugal; outras vêm se fortalecendo, como a Central de Trabalhadores Argentinos - CTA (que no entanto tem um importante setor de sua direção ligado à democracia-cristã); outras minoritárias como a anarco-sindicalista CGT do estado espanhol.

■ Centrais filiadas à CIOSL cujas direções majoritárias podem ser aliadas, como é o caso do CLC de Canadá, da CSN de Quebec (em processo de filiação), da Cosatu da África do Sul e da KCTU de Coreia do Sul.

■ Correntes internas de centrais sindicais filiadas à CIOSL. Trata-se, por exemplo, dos sindicatos dos eletricitários e professores na CUT do Paraguai; os setores de esquerda de dentro e fora da direção da central sindical dos EUA (a AFL-CIO); a Alternativa Sindical da CGIL da Itália; a corrente “Setor Crítico” de Comisiones Obreras (CCOO) do estado espanhol; os comunistas e a esquerda revoluci-



UMA NOVA PERSPECTIVA INTERNACIONAL

onária na central sindical da Alemanha (DGB); os comunistas da CUT Chile; a corrente de esquerda da CFDT (“CFDT em luta!”) da França.

■ Sindicatos independentes, como os do Grupo dos 10 da França, entre os quais estão os SUD (Solidários, Unitários, Democráticos) e os Sincobas na Itália.

■ Setores internos de centrais afiliadas à Confederação Mundial do Trabalho (CMT, democrata-cristã), como é o caso dos cristãos de esquerda da CSC belga. E centrais que continuam filiadas à FSM, como a CTC de Cuba, que tem importância para uma perspectiva antiimperialista.

INICIATIVAS IMPORTANTES

Por fora do âmbito orgânico da CIOSL, a CUT participa de três importantes iniciativas. Os Encontros Internacionais contra o Neoliberalismo (o segundo se realizou recentemente no Rio de Janeiro), uma iniciativa articulada em conjunto pela central sindical cubana (CTC) e a CUT brasileira, reúne o que restou do sindicalismo comunista ou ex-comunista que tem expressão social. Ele tem contado com a participação de centrais de orientação comunista com peso nacional, ao lado de outras com direções ex-comunistas, atualmente social-democratas, e filiadas à CIOSL. Os Encontros

O GRANDE DESAFIO PARA A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA CUT É ELA PARTICIPAR ATIVAMENTE DO REAGRUPAMENTO DOS SETORES SINDICAIS COMBATIVOS DENTRO E FORA DA CIOSL.

RAFAEL FREIRE

têm se constituído em um espaço à esquerda da média da CIOSL, mas há grandes contradições entre seus participantes.

A CUT integra a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) que reúne centrais independentes (como o PIT-CNT, que é a principal aliada regional da CUT, e a COB Central Obrera Boliviana) ao lado de outras filiadas à CIOSL (as três brasileiras, a CUT chilena, a CGT argentina, a CUT paraguaia), a CTA argentina deve ingressar em breve. É a principal instância para discutir estratégias comuns em relação ao Mercosul.

Em resposta ao processo da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), impulsionado pelo governo dos EUA, formou-se recentemente, com uma ativa participação da CUT, uma Rede continental. A Rede reúne centrais sindicais, diversos tipos de movimentos sociais populares e ONGs de vários países da região. Nela tem importante peso o sindicalismo combativo do Canadá e México (filiado ou não à CIOSL).

Mas só a CCSCS tem enfrentado o difícil teste de ações sindicais internacionais (como a comemoração massiva do 1º de Maio deste ano na fronteira do Brasil e Uruguai, atuações conjuntas das centrais nos ramos de atividade etc.)

ATUAR COM QUE POLÍTICA?

Se do que se trata é de apostar em uma nova perspectiva sindical internacional, não é a filiação à CIOSL que constitui uma alavanca ou obstáculo. Mesmo que esteja claro que o sindicalismo com o qual a CUT deve ter relações prioritárias não está todo dentro da CIOSL e que os setores majoritários de sua direção internacional não sejam aliados para grande parte da pauta política e sindical internacional da CUT. O problema é se a CUT se vê ou não participando ativamente em um processo de reagrupamento dos setores combativos a nível internacional (dentro e fora da CIOSL).

Tudo indica, no entanto, que não está no horizonte da atual maioria na CUT Nacional, levar adiante essa tarefa. Por outro lado, devemos reconhecer que os setores à esquerda da Central até agora têm tido escassa intervenção nessa matéria — afora os debates congressuais.

Esse reagrupamento não se dará “a frio”. Para construir essa perspectiva, é necessário que a esquerda cutista defenda linhas de atuação internacional da Central que, dialogando com as necessidades da classe trabalhadora frente à ofensiva global do capital, demarquem com as políticas de conciliação vigentes em grande parte do sindicalismo internacional.

RAFAEL FREIRE É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

NOTAS

REDE DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Em reunião realizada no dia 4 de setembro um grupo de sindicatos cutistas dirigidos pela esquerda da central decidiu organizar uma Rede Internacional de Solidariedade e Luta. O objetivo é articular iniciativas das correntes sindicais de diversos países que praticam uma política de enfrentamento ao neoliberalismo e à retirada de direitos trabalhistas e que divergem das orientações de parceria e conciliação com o capital dos setores majoritários de grande parte das centrais sindicais do mundo. A Rede se coloca como parte de uma série de iniciativas semelhantes em outros países que já vem sendo desenvolvidas e se propõe atuar articuladamente com elas. Além disso, seus organizadores não estabeleceram nenhuma restrição de filiação a centrais sindicais internacionais (CIOSL, FSM, CMT etc.) A iniciativa brasileira já conta com adesões de sindicalistas de Alemanha, Itália, França, Espanha, Uruguai, Argentina e México. O relatório da reunião e outras informações podem ser solicitadas pelo e-mail: inter_sindical@hotmail.com.

UMA GRANDE VITÓRIA ELEITORAL

Nas eleições para a direção do sindicato dos profissionais em educação do Paraná (conhecido como APP-Sindicato), em 30 de setembro, saiu amplamente vencedora (com 60% dos votos válidos) a Chapa 1, APP Sempre, liderada pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) e composta pelo MTS (PSTU) e independentes, contra a Chapa 2, encabeçada pela Articulação Sindical, PCdoB, PSB e PMDB (40% dos votos). A gestão que está acabando era uma composição da ASS e Articulação Sindical; coube a Articulação a iniciativa de rachar a diretoria para montar uma “frente” com setores à direita e, apoiada em recursos financeiros dessa corrente nacional, tentar expulsar a esquerda da direção. Além de ficar fora da direção estadual, nos 23 núcleos regionais a Chapa 2 ficará com apenas 4, estando os demais com a Chapa 1. APP-Sindicato é uma das principais organizações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), que é por sua vez a maior organização de ramo da CUT; foi uma das mais expressivas derrotas da Articulação Sindical nos últimos tempos.

ESTA ANÁLISE DO LIVRO *A OPÇÃO BRASILEIRA*, INICIADA EM NOSSA EDIÇÃO PASSADA, DESTACA UM LIMITE FUNDAMENTAL DA OBRA: SEU TRATAMENTO LIMITADO DA QUESTÃO DA FUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PODER POLÍTICO.

JUAREZ GUIMARÃES

Como um observador que, ao se colocar em um novo plano de visão, é capaz de configurar realidades e perspectivas antes desconfiguradas ou obscurecidas, os autores de *A opção brasileira*, ao retomar com centralidade o tema da construção da nação, configuram um novo olhar sobre a realidade brasileira atual. São, decerto, visões de um certo exílio: à contra-corrente da cultura política dominante no país que faz de um sem-terra um estrangeiro e de um Armínio Fraga, que é pura expressão da ética que vigora nos mercados financeiros especulativos internacionais, o presidente do Banco Central do Brasil.

“Real e imaginária”, afirmam os autores de *A opção brasileira*, “a nação precisa ser permanentemente reinterpretada e recriada”. O espaço nacional seria aquele no qual é possível um tempo orientado, metas, planejamento, onde podem vicejar instituições democráticas abrangentes. A perda de sua referência anulária a própria noção do sentido de uma história e da sociabilidade de um povo que ocupa um determinado território do mundo. É esta, seguramente, a via principal da crítica de *A opção brasileira* ao liberalismo hoje dominante, que ao combinar integração passiva na ordem internacional e uma agenda desvairadamente privatista e mercantil, mergulhou o país em uma dinâmica de caos sistêmico e de depravação dos princípios mínimos de civilização.

Estamos aqui, seguramente, diante de uma retomada em grande estilo da perspectiva de Caio Prado Jr. ao formular, de um ponto de vista da esquerda, a problemática da formação do Brasil enquanto povo-nação como um processo não concluído ou abortado a meio caminho. Segundo os autores, dos quatro pilares de uma grande nação moderna – território reconhecido, povo de cidadãos, grau suficiente de autonomia decisória e Estado como ordenação jurídico-política legítima e eficaz – apenas o primeiro teria sido alcançado.

As elites brasileiras atuais, situadas em uma lógica subregional ou supranacional, não conseguiriam se fixar do ponto de vista da Nação. Seriam “os trabalhadores que”, neste contexto, apareceriam como “portadores de interesses gerais, na medida em que não têm outra opção, senão garantir a continuidade da construção nacional”.

Assim, um projeto nacional que combinasse cinco compromissos básicos – soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade, demo-

As visões do exílio



cracia ampliada – teria o potencial de romper as bases da organização socioeconômica atual do Brasil e reatualizar a idéia de um futuro socialista.

O ENIGMA DA IDENTIDADE

A seguir, discutiremos sobre cinco temas que emergem a partir da dimensão analítico-normativa – a nação que não temos e que queremos construir – de *A opção brasileira*.

A primeira delas é o tema de nossa identidade nacional. A importância deste tema para a esquerda brasileira é fundamental. Submetidos a duzentos anos de hegemonia liberal anglo-saxã – no século XIX, a Inglaterra e, no século XX, os Estados Unidos – prevalece sobre nós, de origem ibérica, ou mais exatamente como propõe Gilberto Freyre, de origem lusa, uma desvalia de amor-próprio, de sistemática desvalorização de nossas possibilidades civilizatórias.

Não é, pois, gratuito o fato de que o auge do liberalismo nestes anos noventa tenha sido acompanhado pela devastadora adesão a um americanismo, que percorre de alto a baixo a sociedade brasileira, do governo-FMI a certos ideários pseudo-oposicionistas como o daquele professor da Harvard, das classes médias e altas sintonizadas nas TVs a cabo às classes populares que oxigenam e tingem os seus cabelos de louro, do arsenal de diversão das crianças aos circuitos universitários. Se o paradigma é ser moderno, qual o melhor exemplo senão os EUA?

O tema é recorrente na cultura brasileira – a velha polêmica entre iberistas e americanistas –, foi retomado no período recente através de *O espelho de*

Próspero de Richard Morse e tem iluminado as últimas e interessantes reflexões de Luiz Werneck Vianna (*A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1997).

Com inteligência, os autores de *A opção brasileira* situam o eixo da nossa identidade construída na dimensão territorial, na unidade linguística, em um descentramento de etnias e regiões e, configuram como principal problema o divórcio entre povo e nação, brutalmente reproduzido pelas classes dominantes desde o período da escravidão.

Caberiam aqui três observações críticas. A primeira é que a idéia do descentramento não deveria eclipsar, ao modo da fusão ou integração das raças de Gilberto Freyre, a noção da hierarquia do poder e da apropriação dos meios de produção pela elite branca. Se estamos muito longe dos sonhos de arianização de um Oliveira Vianna, não cabe subsumir ou dissolver o problema racial brasileiro na dimensão social da exclusão.

Em segundo lugar, se de fato existem várias culturas regionais no Brasil, que mantiveram uma certa identidade própria, cabe reter a especificidade da problemática nordestina, o modo sistêmico como esta região desde a decadência do ciclo da cana de açúcar vem sendo política, cultural e economicamente desvalorizada no Brasil. Esta percepção aguda da problemática nordestina, que devemos em grande medida a Celso Furtado, não poderia ser perdida.

Por fim, se a nossa identidade é projetual, deve ser reconfigurada em um projeto de povo-nação, como pensar a relação do povo brasileiro com a tradição socialista? O livro *A opção brasileira* silencia sobre esta questão central para

a esquerda brasileira e isto é uma lacuna gravíssima. Veremos, ao final, como ela não é gratuita.

A LÓGICA REPUBLICANA

Ao assumir com centralidade o projeto da construção do povo-nação, *A opção brasileira* projeta-se em uma lógica republicana. Esta lógica republicana se desenvolve, então, no plano econômico e social através da retomada e atualização de alguns temas centrais que compõem a reflexão do nacional-desenvolvimentismo democratizante de Celso Furtado.

Ora, aqui também se configura uma cisão fundamental com a cultura liberal hoje dominante no país. Pois como trata toda uma literatura política recente, a tradição republicana – que se expressa nos primórdios da época moderna com Maquiavel e Spinoza, alcança a sua expressão solar em Rousseau e alimenta as reflexões do Marx democrático-radical em 1842-1844 – está no pólo oposto de um liberalismo que assenta suas bases no mercado, no individualismo possessivo e na fechitização do Estado de Direito.

Um liberalismo que alcança a sua máxima expressão no Brasil através da exacerbção de uma lógica de expressão de interesses privados em detrimento de uma cultura de direitos. Este republicanismo, de feição popular, expresso em *A opção brasileira*, seria, assim, a configuração programática do movimento dos sem-terra, construído pela afirmação do direito à terra por parte de quem está à margem do mercado e, por isso mesmo, não está sequer sociologicamente configurado para negociar seus

interesses no plano de uma lógica mercantil estrita. Aliás, não é fortuito o fato de que a última proposta do atual governo para a "reforma agrária" seja o Banco da Terra, que visaria remeter a uma lógica mercantil a luta pela terra que hoje se trava no plano dos direitos.

Mas quantos brasileiros estão situados inorganicamente em relação à lógica mercantil dominante ou ainda precariamente – por laços tênues, descontínuos, informalizados – ligados a ela? Isto é, para as dezenas de milhões de brasileiros nesta situação, pela via mercantil, não há esperança de cidadania. Há, sim, pela via republicana de afirmação ativa de direitos contra a ordem mercantil instaurada.

Volta-se, enfim, a se falar projetualmente em povo brasileiro. E não tem sido esta uma histórica dificuldade do PT, a de tecer nacionalmente os laços de solidariedade de destino entre aqueles que sofrem a opressão do capital mas de dentro do próprio mercado e aqueles que são tão espoliados que a única designação que lhes cabe é a do carentamento absoluto, a dos sem-?

De novo, cabe anotar aqui duas questões essenciais. Talvez por trabalhar enfaticamente a partir da dimensão nacional, *A opção brasileira* carece de um diagnóstico sobre a estrutura classista atual da sociedade brasileira. O simples par conceitual elite-povo é insuficiente para captar a complexa trama de configurações sociais em que está estruturada/desestruturada a sociedade brasileira.

Além disso, repetindo um limite da esquerda nacional-desenvolvimentista, a dimensão política deste republicanismo não é desenvolvida em *A opção brasileira*. Veremos que também esta lacuna fundamental não é gratuita.

SINERGIA CRIATIVA

A recuperação de um projeto nacional permite ao livro *A opção brasileira* trabalhar uma série de argumentos que apontam para a possibilidade de uma sinergia criativa – metáfora organicista que serve para designar os efeitos simultaneamente estimulantes de ação coordenadas, visando a retoma do desenvolvimento do país estacionado ou em retrocesso há duas décadas.

De novo, atinge-se o limite crítico do liberalismo hoje predominante no país que confia cegamente no poder criativo da lógica mercantil. Ora, o desenvolvimento, nos diz *A opção brasileira*, "depende de decisões estratégicas frequentemente tomadas contra os sinais do mercado no presente e sustentadas ativamente no tempo".

Retorna, assim, conceitualmente, reconfigurado em uma lógica argumentativa, a noção central de Estado desenvolvimentista. Este Estado, concebido como coordenador e articulador do projeto de construção da Nação, não é tratado em suas dimensões fundantes de poder democrático senão superficialmente, de novo um silêncio ou lacuna de fundo dos autores. Mas é configurado funcionalmente como inteligência e alavanca do desenvolvimento em suas várias dimensões.

Através dele, várias soluções inteligentes são apresentadas. A dinâmica mutuamente estimulante entre o mercado interno e o emprego; a possibilidade de um crescimento substantivo da produtividade média da economia via modernização básica de vários setores da economia marginalizados ou em a-

traso (por exemplo, mais da metade dos estabelecimentos rurais brasileiros não têm energia elétrica); o investimento para desenvolver um projeto de ocupação não predatória da Amazônia, já configurado embrionariamente por uma antiga tradição de pesquisa realizada no Brasil; a revolução educacional que pode ser apenas realizada em um cenário de democratização social.

REFORMA AGRÁRIA

Para além da lógica mercantil e iluminado pela ambição de fundir povo e nação, o tema da reforma agrária retorna ao centro.

Se o modo como a escravidão foi abolida, dissociando o direito à liberdade do direito à terra, configurou-se historicamente em uma questão agrária, o modo como esta foi encaminhada no pós-64, através da modernização da grande propriedade exportadora via incentivos distribuídos seletivamente pelo Estado, configurou-se nos anos setenta e oitenta na questão urbana pela migração massiva do campo para a cidade. Assim, a retomada do direito à terra faz limite com os dilemas mais centrais de nossa problemática modernidade urbana.

Além de reter a população no campo – 23% dos brasileiros, 46% dos nordestinos – uma reforma agrária incidiria diretamente sobre a imperfeita constelação das cidades do país. Cerca de 3.300 municípios, lembram os autores de *A opção brasileira*, têm menos de 25 mil habitantes e têm sua economia e vida social profundamente entrelaçados com a dinâmica agrária. Além dos milhões de sem-terra, apenas cerca de um dos quatro milhões de pequenos proprietários ou posseiros estão integrados ao mercado e operam com crédito.

A reforma agrária alimentaria a extinção dos bolsões endêmicos de pobreza, reorganizado a própria oferta de ali-

mentos a baixo custo. Potencial para isto não falta: "em termos *per capita*, a área disponível para a agricultura no Brasil em 2030, quando nossa população vai parar de crescer, será dez vezes maior do que a dos países da Ásia."

LATINO-AMERICANIDADE

Se no século XIX, a opção imperial brasileira dava as costas à turbulenta emergência do republicanismo latino-americano, no século XX, à exceção do período 45-64 quando os paradigmas da Cepal assentaram raízes na cultura brasileira, o americanismo do norte separou as nossas projeções de destino dos americanos do sul. Os autores de *A opção brasileira* vêm no Brasil a única possibilidade da emergência de um projeto de integração latino-americana.

As implicações de um projeto como este para as esquerdas, os trabalhadores e o povo brasileiro, no entanto, estão longe de serem visualizadas.

A opção brasileira, no recorte nítido de inspiração do sonho utópico de Darcy Ribeiro, desdobrar-se-ia organicamente na opção latino-americana em sua dimensão civilizatória, não mais apenas em uma lógica restrita e mitigada de unificação de mercados, submetida sempre à pressão norte-americana. Para a dimensão internacionalista do PT, formada em contato com o processo desigual e contraditório das esquerdas no continente, na América Central e no México, este projeto de integração solidária latino-americana representaria uma elevação qualitativa de significados. Não mais apenas a solidariedade oferecida a povos irmãos mas a própria irmanação solidária diante das vertentes agressivamente opressivas do imperialismo norte-americano na região do mundo que constituiu o primeiro capítulo de sua expansão à condição de primeira potência mundial.



O ENIGMA NÃO RESOLVIDO

No início deste artigo, na edição passada, formulamos a idéia de que o livro *A opção brasileira* contornava, pela esquerda, o impasse programático vivido pelo PT e pelas esquerdas nos anos noventa. Mas contornar não significa superar: o grande limite do esforço programático contido no livro é, certamente, o de não se centralizar na lógica da refundação democrática do Estado brasileiro.

Com efeito, a singeleza do diagnóstico e das proposições políticas de *A opção brasileira* contrasta fortemente com a inteligência e a riqueza argumentativa do livro.

A própria crise do Estado brasileiro atual é captada, de forma redutora e economicista, na chave da perda de sua funcionalidade a uma lógica nacional-desenvolvimentista. Com insuficiência, o tema da democracia é tratado sob a oposição entre "democracia restrita" e "democracia ampliada".

O livro formula, ao final, a noção de que "nenhum fortalecimento do Estado é positivo se, em paralelo, não forem ainda fortalecidos os mecanismos de controle da sociedade sobre o próprio Estado, sem o que ele tenderá a maior burocratização, maior arrogância e maior propensão a errar". Isto é correto mas absolutamente insuficiente: a própria opção brasileira, a radicalidade de suas opções populares, exige novas bases democráticas do poder político no país.

Esta carência programática é típica das tradições brasileiras que se propuseram a pensar a problemática da construção da Nação. Em suas primeiras vertentes, sob a ótica do positivismo gaúcho ou das correntes anti-liberais da Primeira República, a democracia era negada a partir de uma visão elitista da política. Esta contradição, entre nacionalismo e democracia, foi levada ao limite por Vargas durante o Estado Novo. No pós-45, quando o nacionalismo tornou-se paradigma dominante, as esquerdas brasileiras formadas majoritariamente na tradição estalinista tinham limites profundos para instaurar coerentemente a dimensão democrática no centro de seus projetos. Por um outro viés, o doutrinário, a esquerda socialista que teve a sua origem na Polop, em sua ênfase socialista de cunho maximalista, não tinha conceitos nem perspectiva para explorar o veio profundo das relações entre democracia e socialismo.

A opção brasileira está muito longe do elitismo, da tradição estalinista ou da vertente doutrinária do marxismo que negava, inclusive, a importância da questão nacional. Mas a precariedade e insuficiência do sentido democrático de seu projeto comparece, imprimindo desequilíbrios, carências e antinomias em sua lógica argumentativa.

Para fundir povo e Nação é preciso formular a resposta ao enigma da construção democrática do poder político. A intolerável marginalização da maioria da população brasileira dos frutos do trabalho e da riqueza nacional ao longo da história só pode ser compreendida pela violenta e fraudulenta expropriação dos direitos políticos do povo brasileiro. Sem quebrar a cadeia da concentração do poder político, que reproduz permanentemente a dominação, não se distribui riqueza nem renda. E, na melhor tradição socialista, a radicalização da democracia para além do liberalismo e dos direitos do capital é a via clássica de transição ao socialismo.

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG.

UMA DEFESA DO PSF, DESTACANDO SUA IMPORTÂNCIA NA ALTERAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO, EM RESPOSTA ÀS CRÍTICAS FORMULADAS NA EDIÇÃO PASSADA.

DAVID CAPISTRANO FILHO

Em março de 1999 foi divulgado um texto de Emerson Merhy e Túlio Franco sobre o Programa de Saúde da Família (PSF), no site *Conferência Nacional de Saúde On Line*, disponibilizado pelo Ministério da Saúde (<http://www.datasus.gov.br/cns>). Uma versão reduzida dele foi publicada no *Em Tempo* passado, assinada por Túlio Franco, com o título "Uma falsa solução para a crise [da saúde]".

O artigo parte, corretamente, da constatação de que o receituário do Banco Mundial para o ajuste estrutural, no campo social, encontra dificuldades para o "enfrentamento abrupto" com o Sistema Único de Saúde (SUS), tanto pela história mesma de constituição do SUS, fruto de um "poderoso movimento social" (sic) – esqueceu de acrescentar o adjetivo *amplo* àquele movimento – como pela "enorme legitimidade social" decorrente da produção de "mais de 1,3 bilhões de procedimentos" (sic), pois a "grande massa da população é assistida pelo sistema público de saúde" (sic). A partir desse início promissor o artigo desanda, pois abandona a "análise concreta da situação concreta" (Lênin) em favor da prospecção das intenções do governo FHC de "minar paulatinamente" o SUS.

DESINFORMAÇÃO

Túlio Franco comete um erro imperdoável em seu artigo, que consiste na leitura enviesada, preconceituosa, de alguns (poucos) textos e na ausência de qualquer exame da realidade viva de pelo menos algumas experiências de implantação do PSF. Não foi por falta de tempo ou de oportunidade: Campinas dista pouco mais de 100 km de São Paulo, onde funciona um dos mais bem sucedidos programas do país, o QUALIS.

Tivesse percorrido outro caminho, não diria que o PSF "se organiza em estrutura própria, paralela à rede básica assistencial". Na realidade, em muitos lugares o PSF se converte na própria rede básica, utilizando suas instalações, equipamentos e pessoal. Túlio louva em demasia nossa rede básica, esquece (ou ignora) o quanto é mal conservada, desigualmente distribuída no território (nas densamente povoadas regiões Leste e Sudeste da cidade de São Paulo, que reúnem milhões de habitantes, encontramos bairros de 50 mil moradores sem nenhuma unidade de saúde próxima, como a Fazenda da Juta, na divisa de Santo André). Muitas vezes as unidades de saúde da família são o primeiro e único equipamento assistencial de que dispõe a população.

Túlio diz que o PSF "não opera de modo multiprofissional". Também diz que ele "se esquece do essencial, a alteração dos processos de trabalho". O artigo-matriz também afirma que o PSF não atende a *demandas espontâneas*, e a versão reduzida acusa-o de não possuir "diretrizes para atendimento dos casos agudos".

AS CONQUISTAS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Por conta disso, pontifica que o PSF "perde legitimidade social, porque a população não reconhece um serviço que não lhe serve no momento em que ela mais precisa". Essas considerações são expostas assim, sem qualquer fundamentação, de modo inegavelmente leviano.

O PSF é um programa que se baseia justamente na alteração dos processos de trabalho. A constituição de equipes de saúde da família, incluindo sua principal inovação, o *agente comunitário de saúde*, introduz uma saudável perturbação no processo tradicional, centrado no saber e no fazer do médico. Enfermeiras passam a fazer consultas e a tratar, o atendimento clínico individual (de médicos e enfermeiras) se mescla com o trabalho de grupos, recortados não apenas por patologias, mas por idade, gênero ou áreas específicas de interesse. Médicos e enfermeiras, dentistas e psicólogos, entre outros, fazem também visitas domiciliares, não em obediência a rotinas burocráticas, mas na dependência de necessidades detectadas por agentes e auxiliares de enfermagem, pelos próprios profissionais de nível universitário, ou atendendo demandas dos próprios usuários. Isso tudo é feito com grande esforço, com muita discussão, tendo continuamente que enfrentar resistências. É remar contra a maré das práticas e concepções hegemônicas.

Faz parte da luta contra as idéias dominantes o questionamento do chamado *pronto atendimento* como modelo assistencial de escolha. Essa modalidade de serviço é por natureza descontínua, de cunho predominantemente sintomático, enganosa e de má qualidade. Os serviços de pronto-socorro, no Brasil, vivem atulhados de pacientes que deixam de ser acompanhados e cuidados na rede básica e correm em busca de alívio para agudizações de hipertensão arterial, descontrole na glicemia, asma, pneumonias e outras enfermidades que deviam ser diagnosticadas, controladas ou curadas nos serviços básicos.

O que deve ser objeto do pronto-socorro é o tiro, a facada, o atropelamento, o infarto agudo do miocárdio, o acidente vascular cerebral e outras situações caracterizáveis como urgências e emergências. Pronto-socorro "não é a praia" do PSF, que

deve se articular muito bem com os serviços existentes, e ajudar a população a lutar por mais e melhores serviços dessa natureza. Mas atendimento à demanda espontânea, isso o PSF faz, e como faz! Os médicos, as enfermeiras, têm como maior queixa justamente a pressão dessa demanda, que reduz o tempo disponível para as demais atividades. Naturalmente, essa pressão tende a se reduzir ao longo do tempo, à medida que hipertensos, diabéticos, asmáticos, idosos com doença pulmonar obstrutiva e outros portadores de doenças crônicas são *dispensarizados*, para usar o termo cubano que indica pessoas com doenças controladas pelos serviços de saúde. As estatísticas estão aí, para comprovar a redução da frequência desses pacientes aos pronto socorros e a queda nas internações hospitalares. Em Camaragibe, cidade administrada pelo PT que tem 100% de sua população coberta pelo PSF, um hospital pediátrico privado, contratado pelo SUS, fechou por falta de demanda!

A leviandade das afirmações de Túlio Franco atinge o clímax quando ele fala da "perda de legitimidade" do PSF perante seus usuários.

Ao contrário do que dizem, o prestígio do PSF é tão grande que existe uma verdadeira pressão popular pela aceleração de sua implantação. Na cidade de São Paulo, milhares de cidadãos fazem abaixo-assinados, organizam-se comissões que visitam o QUALIS e reivindicam o programa para seus bairros ou regiões. Contam-se às dezenas os pedidos das mais diversas entidades populares, às vezes dirigidos a parlamentares "poderosos" no imaginário do povo, como o senador Eduardo Suplicy..

OS CUSTOS DO PSF

O PSF tem muitos inimigos. Os mais ferozes são os que o atacam dizendo que é muito caro, e preconizam um programa "mais simples", o que significa, de fato, que se opõem a um dos pilares do SUS, que é a *integralidade* dos cuidados. Curiosamente, Túlio Franco acrescenta sua voz ao coro dos que proclamam o "alto custo" do PSF, embora se oponha, presumivelmente, aos cortes nas despesas sociais e de saúde em particular.

O QUALIS, um programa que não se

limita à "atenção básica", pois tem três Ambulatórios de Especialidades, uma Casa de Parto, programas de saúde bucal e mental e uma estrutura própria de capacitação de seus profissionais, custa R\$ 6,00 per capita/mês, ou vinte centavos/dia. Nosso povo merece menos que isso? Por acaso o Brasil não tem recursos para custear esse programa? A prefeitura de São Paulo, sozinha, sem um centavo de repasse federal ou estadual, gasta mais que os 720 milhões/ano necessários para estender o PSF a seus dez milhões de habitantes! Os repasses cobririam perfeitamente as despesas dos demais serviços, ainda mais levando-se em conta que 20% da população tem acesso aos convênios, seguros e outras formas de assistência privada.

O PSF da Capital de São Paulo é a prova viva de que o programa de saúde da família não é, como afirma Túlio, "inflexível", tendo sua gestão "um alto grau de normatividade".

Quixadá (CE), Sobral (CE), Icapuí (CE), Cabo de Santo Agostinho (PE), Camaragibe (PE), São Paulo (SP), Mauá (SP)... a lista é grande: nenhum PSF é igual ao outro nesses municípios.

O Brasil é um país contraditório, como todos devíamos saber. Na última década as classes dominantes uniram-se em torno do projeto neoliberal, união simbolizada pela aliança PSDB-PFL. A "abertura" e a globalização avançaram enormemente. Mas os movimentos, as organizações, o ideário construído na resistência à ditadura e nas lutas contra a "Nova República" e o collarato, dão o substrato para uma oposição que disputa a maioria eleitoral e é uma constante "ameaça", como se viu em 1989, 1994 e 1998. Na saúde se expressa essa contradição de forma ainda mais acentuada, pois a esquerda co-administra o sistema de saúde, através de suas prefeituras, governos estaduais e sua influência nos milhares de Conselhos de Saúde existentes. Nessas condições, criatividade e ousadia têm espaço, e mais força que qualquer manual ou doutrina. Goethe tinha razão, quando escreveu que "cinzenta é toda teoria, mas verde é a árvore da vida".

DAVID CAPISTRANO FILHO É MÉDICO SANITARISTA E COORDENADOR DO PROJETO QUALIS/PSF.



PARA AS ELITES, A SAÚDE SEMPRE ESTARÁ EM CRISE: TODO GASTO SOCIAL REDUZ A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL; A CRISE PARA O POVO É O OPOSTO, EXATAMENTE A FALTA DE INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIAIS.

ENTREVISTA COM EMERSON ELIAS MERHY

LIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA, NA PERSPECTIVA DOS EXCLUÍDOS?

A agenda de enfrentamento dessas questões é muito ampla. Há componentes mais macros, mais molares da sociedade, que devem procurar fazer um enfrentamento do imaginário neoliberal, trazendo à tona permanentemente a memória da defesa da vida do ponto de vista societário, que a perversidade neoliberal nega o tempo inteiro. A perversidade neoliberal é um movimento anti-vida. Advogar essa disputa no imaginário, em todos os terrenos, seja no meio ambiente, nas relações de trabalho, no familiar, no terreno da vida, comunitário, em todos os terrenos possíveis, é um jeito de contrapor permanentemente ou de se criar novas memórias contra o projeto neoliberal.

Na área da saúde essa agenda tem suas traduções, que são mais pontuais para a organização dos serviços de saúde. São temas que devem ser propostos para os serviços e que devem perguntar para os serviços: de que maneira toda organização dos serviços de saúde, com todos os aparatos de saberes e tecnologias, organizações de trabalho, de grupos coletivos de trabalhadores, podem contribuir para afirmar esse projeto de vida para a sociedade? Que compromisso a saúde deve ter com isso, desde suas relações mais individuais nas abordagens dos problemas do sofrimentos individual, dentro da assistência e dos serviços até a intervenção no plano dos grupos sociais, na questão dos riscos sociais do ponto de vista do adoecimento e na capacidade do setor saúde intervir nisso?

Esse é um grande tema que a gente tem para o Brasil hoje e que deverá fazer parte da preocupação dos coletivos de trabalhadores, usuários, governantes das políticas públicas e seus focos de atenção. O grande lema que para mim talvez seja o norte dessa discussão, é de como aderir o conjunto das intervenções sociais, desde a produção até o plano das formulações, a uma perspectiva de radical adesão à defesa permanente e solidária da vida individual e coletiva. E, de que maneira fazer o trabalhador de saúde ser um aliado, cúmplice no bom sentido, dos interesses mais nobres que são os interesses dos usuários – que são afinal de contas quem dá sentido para a ação no campo da saúde pública e da saúde em geral. Talvez esse seja um grande eixo para tornar o conjunto das ações de saúde, em todos os planos, comprometidas efetivamente com a melhoria do modo de viver coletivamente no Brasil.

EMERSON ELIAS MERHY É MÉDICO SANITARISTA E PROFESSOR-DOCTOR DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL DA UNICAMP. ENTREVISTA REALIZADA POR TÚLIO FRANCO.



A DEFESA SOLIDÁRIA DA VIDA

HÁ UMA CRISE DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA. COMO VOCÊ VÊ A QUESTÃO?

A ótica do governo para pontuar o que é crise, é construída a partir da lógica que o capital financeiro tem imposto aos governos no Brasil, particularmente o governo federal, não os governos de oposição. Na sua leitura diagnóstica do que é crise, aponta sempre como problema a questão dos gastos e dos custos; afinal, o que eles estão querendo mesmo é economizar dinheiro em certos tipos de gastos para poder alimentar a ciranda que o capital financeiro tem imposto ao país. Eles dizem que a saúde e educação gastam muito, mesmo que não gaste: na ótica do capital financeiro, qualquer setor social que gaste qualquer coisa, é sempre um setor em crise, porque não vai estar permitindo a acumulação do capital financeiro.

Mas a crise, do ponto de vista da maioria, é justamente o inverso: é você gastar a energia social que é acumulada pelo trabalho da maioria na produção de riquezas, e usá-la para alimentar o capital privado financeiro. Isso é crise, está tirando da vida e da qualificação da vida uma energia brutal que é a da produção da riqueza social e transferindo isso para as mãos de uns poucos, que não têm nenhum interesse na defesa da maioria, das relações democráticas e na construção de um futuro melhor para o mundo. As concepções do que é a crise hoje são demarcadora de território; temos que ter essas duas perspectivas de confronto, que são divisores na perspectiva de futuro.

DADA A ATUAL CONFIGURAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB FHC, COMO VOCÊ AVALIA O TRATO À QUESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE POR ESTE GOVERNO?

Uma das marcas centrais é a da exclusão do ponto de vista do interesse da maioria do povo brasileiro, dos assalariados em geral, o compromisso com interesses muito restritos do ponto de vista do capital financeiro internacional e de grandes grupos da elite política e econômica mundial e nacional. O estado neoliberal representa uma certa forma de articular os interesses dessas elites e de produzir uma relação com as maiorias excluídas que é muito diferenciada, inclusive conforme a maioria dos

trabalhadores ou assalariados vão tendo importância e presença dentro da sociedade. Por exemplo: os chamados grupos inseridos na economia formal têm uma relação com o estado distinta dos chamados grupos desfilados das relações sociais (os grupos que estão fora das relações formais mais instituídas e sem perspectiva de retornar a ela). O estado neoliberal cria formatações diferenciadas para tratar destes grupos. Eles têm regras quase que de mini-direitos para uns grupos e regras de negação de direitos para outros.

EM OUTUBRO DE 1997 FOI EDITADA A MEDIDA PROVISÓRIA 1.591, CRIANDO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS) E DEPOIS EDITADA A NORMA OPERACIONAL BÁSICA/96, NOB/96, CONCOMITANTE A REGULAMENTAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE. QUAL O PAPEL DESSES INSTRUMENTOS PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE?

O estado neoliberal rompe com a perspectiva de pensar a organização do estado como um lugar de construção e implementação de uma certa busca da universalização, da cidadanização das relações sociais e do modo de operar a vida dessa sociedade. Ele trata de forma profundamente desigual e perversa os distintos grupos sociais, conforme a perspectiva de inclusão dos interesses de uma minoria e de exclusão da maioria.

No campo da saúde pública, ocorre a mesma coisa. Com a NOB/96, as Organizações Sociais e os Planos de Saúde, pode-se instituir várias formas de organização estatal para os distintos grupos sociais. Na lógica da NOB/96, a proposta opera o conceito de uma saúde pública mínima para alguns, inclusive rompendo com a perspectiva de uma "saúde para todos". Começa-se a operar com outro conceito. E afinal esta saúde pública mínima é para quem? É para os que já foram excluídos, desfilados, ou estão incluídos mas numa franja da desfiliação.

Já na questão das OS, aponta-se para um compromisso desse estado com a lógica mais direta de acumulação de capital, inclusive com um processo atual bem na moda, o da expropriação dos bens públicos pelos setores privados. O estado operando por uma lógica de privatização dos equipamentos sociais, ad-

vogando uma certa imagem meio atravessada, de que o mercado teria a capacidade de regular a produção desses bens sociais de uma forma mais justa, o que de fato não tem tido comprovação. Do ponto de vista das OS consolida-se o outro lado da moeda, a de poder operar com uma perspectiva também da ótica de que a saúde não é direito, é um bem de mercado e para quem tem inserção social como consumidor efetivo.

Por outro lado, temos a idéia de que através dos planos de saúde eles estão operando para um setor da sociedade que está incluída e consegue ser consumidora de um setor de produção, onde a saúde opera sobre essa ótica de que os direitos são agora tema para o consumidor, não mais para o cidadão. Isso soma-se à idéia de desmontar qualquer perspectiva social de cidadanização das relações e rompe com as noções básicas de que cidadania implica em uma perspectiva mais igualitária, mais universal e o estado é o responsável e provedor disso. A saúde pública hoje no Brasil opera por esse percurso, não sem contradições.

QUE TIPO DE CONTRADIÇÕES?

O próprio estado, apesar da sua funcionalidade, é um território atravessado pelas lutas e pelos interesses dos vários agrupamentos sociais. Por exemplo, na lógica do privado e do público, na lógica de querer tentar fazer seu interesse privado virar objeto de ação pública. Essa tensão está dada mesmo no projeto de reforma neoliberal do estado e na questão da saúde pública. Os excluídos querem se incluir, os cidadãos tratados só como consumidores querem ser tratados como cidadãos plenos e essa tensão se opera permanentemente nas arenas do estado. Esse é uma situação sempre conflituosa, que não dá conta das promessas que faz, que exclui intensamente criando mais conflitos e que está aí permanentemente mostrando que navega de crise em crise. Isto não cria estabilização do ponto de vista societário, na realidade cria é uma crise atrás da outra e acabará sendo consumido por isso.

QUESAÍDAS PODEM, NO PLANO DA SAÚDE PÚBLICA, CRIAR MAIORES GRAUS DE CIDADANIA, ALCANÇAR A UNIVERSA-

A NOVA OBRA DE DANIEL BENSARD NOS OFERECE PISTAS PRECIOSAS PARA FAZER DA POLÍTICA UMA ÉTICA PROFANA.

MICHAEL LÖWY

Eis um pequeno livro que se lê com um vivo prazer. Devemos seguir, sob a forma de entrevistas entrecortadas, um pouco descosturadas, o movimento de um espírito livre que perdeu suas certezas mas não suas convicções. Um espírito que celebra a resistência à retórica da resignação, este discurso extraordinariamente pouco razoável – mas dominante – segundo o qual o capitalismo seria o fim da história, “o ponto final onde todo mundo desce”.

Trata-se, inicialmente, de reabilitar a ação política contra os grandes mecanismos deterministas da “razão histórica” ou, pior ainda, do automatismo mercantil. Uma ação política que está intimamente ligada ao conflito social e que encontra – segundo a aposta melancólica de Marx – na luta de classes o principal vetor de uma universalização concreta e o meio privilegiado de quebrar a escalada mortífera das identidades exclusivas – étnicas, religiosas, nacionais, tribais. Esta refundação do político se inspira em Hanna Arendt, mas também – e sobretudo – nos grandes dissidentes do socialismo, estes pensadores anti-positivistas em busca de uma concepção não-linear do tempo: Charles Péguy, Walter Benjamin. Ligados por uma afinidade secreta, esses dois heréticos abriram “uma passagem inédita para uma releitura crítica de Marx”. Eles fazem parte, com Gramsci, Mariategui, Victor Serge, os surrealistas e a revista *Critique Sociale*, de uma corrente crítica subterrânea do fetichismo histórico e da ideologia do progresso, cuja expressão



ELOGIO DA RESISTÊNCIA AO AR DOS TEMPOS

filosófica e política madura são as célebres *Teses sobre o conceito de história* de Benjamin.

Não temos necessidade de compar-

tilhar todos os argumentos de Daniel Bensaid – pessoalmente não estou de acordo com suas críticas ao conceito de humanidade, considerado como uma

“caixa de Pandora jurídica” – para apreciar a força crítica e subversiva de seu discurso. Um discurso que não exita em se reclamar da grande tradição messiânica do Antigo Testamento, aquela que não anuncia um destino implacável (como o oráculo grego) mas se anuncia de modo condicional: eis o que acontecerá se... Este condicional é um convite à ação, um sinal de alarme face à uma corrida para o abismo (Benjamin): ao contrário do fatalismo mecânico, ele designa “a catástrofe iminente e os meios de conjurá-la” (Lenin). Para este messianismo profano e laicizado, a revolução – esta idéia de uma mudança radical que estrutura as esperanças há dois séculos – permanece sempre atual: é uma escapada para além da ordem estabelecida, um ponto de fuga possível, uma brecha no muro, uma forma de captar nas fendas do acontecimento as promessas intermitentes da humanidade e da universalidade. Se as concepções estratégicas do passado – de inspiração político-militar – foram ultrapassadas, permanece o essencial: o sentimento que o mundo tal como ele é não é nem fatal nem eterno. Que ele não pode durar. E que ele deve mudar: não há razão para que o Capital seja a última palavra da aventura humana.

Nossa época – o fim do século XX – se apresenta como um imenso campo de ruínas, um grande cemitério de esperanças. Resta saber se os efeitos destruturadores da lógica mercantil – atomização, fragmentação social – são universais. Sem otimismo excessivo, Daniel Bensaid percebe os primeiros sinais, frágeis e incertos, de um recomeço, uma refundação.

HERANÇA COMUNISTA

Mas atenção: o novo capítulo não pode se escrito esquecendo-se o anterior. Existe uma herança a ser retrabalhada e retransmitida. E nesta herança, certas palavras, certos conceitos tem um lugar importante: “As palavras tem sua vida própria, na relação com experiências e uma memória coletiva. O ‘comunismo’ tem uma longa história, para melhor e para pior. Ela permanece, a nossos olhos, o conceito mais precioso do ponto de vista histórico e programático. Não se confunde com o estalinismo, que é o nome de uma terrível contra-revolução burocrática. Admitir que se deve deixar de ser comunista quando se combate o estalinismo, seria ratificar a identificação estalinismo/comunismo desejada pelos estalinistas. Reconhecer-lhes uma espécie de vitória póstuma”. Neste empreendimento de refundação revolucionária, ele declara sua dívida para com os grandes heréticos derrotados sem terem se rendido, sem terem se integrado ao cortejo dos vencedores: Saint-Just, Blanqui, Trotsky, Joana d’Arc. Estes “príncipes do possível” trabalharam para a incerteza, sem garantia de vitória.

Mais ainda do que o programa possível de uma “esquerda da esquerda”, Bensaid nos oferece nesta pequena obra informal e direta, pistas preciosíssimas para voltar a fazer da política uma ética profana, inscrevendo o conflito social em um horizonte de universalidade.

DANIEL BENSARD. ÉLOGE DE LA RÉSISTANCE À L’AIR DU TEMPS, ENTREVISTA COM PHILIPPE PETIT, PARIS, ÉDITIONS TEXTUELS. COLLECTION CONVERSATIONS POUR DEMAIN, 126 PÁGINAS, 1999.

C I Ê N C I A

UM UNIVERSO BEM MAIS NOVINHO....

Como é que se mede a idade do universo? A gente está acostumado a ver números que giram na casa de dezenas de bilhões de anos. Mas pouca gente se pergunta como esta medida é feita. Se trabalhamos com a hipótese de que o universo originou-se numa grande explosão, o *big bang*, então poderemos imaginar que os fragmentos desta explosão afastam-se uns dos outros à medida que o tempo passa (como os fragmentos de uma bomba que explodiu). Usando um pouco mais o exemplo da bomba que explodiu, imagine que filmamos a explosão e depois passamos o filme no sentido inverso. Você veria os fragmentos se juntando até que a bomba “implodiria”. Os cientistas usam um processo semelhante para calcular a idade do Universo. Há cerca de 60 anos, um astrônomo americano (Edwin Hubble) descobriu que as galáxias se afastavam umas das outras (como aqueles fragmentos da bomba). A constância que mede a expansão do universo ficou assim denominada de constante de Hubble.

Portanto, saber a velocidade com que as galáxias se afastam pode fornecer as pistas necessárias para se calcular a idade do universo. Para fazer isto é necessário calcular as distâncias entre as galáxias. Como fazer esta operação? Até recentemente, o método utilizado era a observação do brilho de

certo tipo de estrela (as Cefeidas). É como você deduzir a distância de um poste pelo brilho que você vê da lâmpada (quanto mais longe, menor o brilho). Mas para isto você precisa saber o brilho verdadeiro da estrela. As Cefeidas tem a propriedade de ter seu brilho variável. A frequência desta variação fornece o brilho real da estrela. Em um artigo publicado na revista *Nature* do mês passado, Jim Herrmstein e colaboradores – do *National Radio Astronomy Observatory*, Socorro, New Mexico – utilizaram um novo método e estimaram que os cálculos baseados no brilho das Cefeidas está superestimado. Se forem confirmados, isto significará uma mudança na constante de Hubble e pode ser que o universo não tenha mais que 12 bilhões de anos.

ELES NÃO ESQUECEM....

Não, não se trata de elefantes, mas sim de computadores. Todo mundo que trabalha com computadores já viveu a terrível experiência de uma queda de tensão. Pronto, lá se foram horas de trabalho. Trabalhar em ameaçadores dias de tempestade é um sufoco. A qualquer instante seremos surpreendidos.

Quando usamos computadores, trabalhamos com três tipos de memórias: uma volátil, chamada de memória RAM, as permanentes, de armazenamento (como o dis-

co onde são gravadas as informações) e as de leitura (como o CD-ROM). A que nos interessa é a RAM. Enquanto escrevo este texto, toda a informação está na memória RAM. Ao apertar o botão de salvar, o texto é gravado no disco (o chamado disco duro). Pois bem, a informação fica retida na memória RAM se houver corrente elétrica passando em seus circuitos; cessada esta corrente, a informação se evapora.

Na edição de 20 de setembro da revista *Applied Physics Letters*, pesquisadores do Instituto Max Planck (Alemanha) informam que conseguiram construir memórias de computadores utilizando cerâmicas ferro-elétricas. Para se ter uma idéia do que seja este tipo de material, pense em um ímã. Um ímã é um material ferromagnético, isto é, ele cria um campo magnético espontaneamente, devido às suas propriedades microscópicas. Num material ferroelétrico, um campo elétrico permanente existe, só que aqui sua polarização pode ser alterada. Assim, uma direção de polarização significaria um bit = 1 e outra direção um bit = 0 (lembre-se que toda informação armazenada num computador é feita através de zeros e uns). Assim, dentro de algum tempo teremos computadores que depois de desligados conservarão toda a informação na memória...

Américo Bernardes

A NOVA EDIÇÃO DE GRAMSCI NO BRASIL

A Editora Civilização Brasileira publicará, entre 1999 e 2001, uma nova edição brasileira das obras de Antonio Gramsci.

Esta nova edição – organizada por mim com a estreita colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – tem como finalidade retomar e completar a velha edição iniciada nos anos 60 pela mesma Editora, dirigida então pelo saudoso Ênio Silveira, o mais importante editor marxista brasileiro. Foram publicados naquele momento, ou seja, entre 1966 e 1968, não apenas quatro dos seis volumes extraídos dos *Quaderni del carcere* (*Concepção dialética da história; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; e uma seleção de Literatura e vida nacional*), mas também uma coletânea das *Cartas do cárcere* (com 223 cartas).

A radicalização da ditadura militar em dezembro de 1968 impediu o prosseguimento do projeto originário, que previa ainda a publicação de *Il Risorgimento* e de *Passato e presente*. De resto, esta e outras razões provocaram o fracasso inicial dessa corajosa iniciativa editorial. Os primeiros volumes brasileiros de Gramsci terminaram vendidos em liquidações, a preço de banana. Somente na segunda metade dos anos 70, entre outras coisas por causa da atmosfera de relativa “abertura” política que então se iniciava, foi que a Civilização Brasileira pôde retomar a reedição – inalterada – dos volumes publicados na década anterior, muitos dos quais encontram-se hoje em décima edição.

O que assim parecia, no final dos anos 60, um verdadeiro fracasso comercial e político revelou-se, ao contrário, uma das mais exitosas iniciativas editoriais no campo do pensamento social em nosso País: graças a essa velha edição, Gramsci tornou-se um dos pensadores estrangeiros mais influentes na vida cultural brasileira. Pode-se dizer, sem hesitação, que nove entre dez pesquisadores brasileiros que hoje citam e utilizam Gramsci em suas investigações – e não são poucos esses pesquisadores! – conheceram nosso autor através dessa velha edição. E tampouco se deve esquecer que, no final dos anos 60, quando tais volumes foram publicados no Brasil, não havia ainda em nenhuma língua além do italiano – com exceção do espanhol, graças ao empenho do comunista argentino Héctor P. Agosti – uma massa de textos gramscianos equivalente àquela de que já então dispúnhamos em português.

Decerto, essa velha edição brasileira não era isenta de problemas. Por temor da censura ditatorial, a editora substituiu o título do primeiro volume temático dos *Cadernos* – que, em italiano, como se sabe, chama-se *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* – por um outro considerado menos “subversivo”, ou seja, *Concepção dialética da história*. Essa alteração, contudo, não me parece ter prejudica-



do a leitura de Gramsci entre nós. Bem mais grave, sem dúvida, foi o fato de que a Civilização Brasileira suprimiu das edições então publicadas e depois reimpressas os prefácios contidos na velha edição temática, onde se dizia claramente que aqueles volumes agrupavam as notas carcerárias de Gramsci segundo uma base temática, ou seja, segundo critérios que não haviam sido estabelecidos pelo próprio Gramsci (ainda que tenham sido mais ou menos sugeridos por ele) e sob títulos escolhidos pelos editores e não pelo próprio autor. Além disso, foram também suprimidos dessa velha edição os longos índices da primeira edição italiana, nos quais se fixava a origem das diversas notas desses volumes temáticos nos 29 cadernos que Gramsci escrevera no cárcere.

PUBLICAÇÃO DOS CADERNOS

Com o objetivo não só de sanar esses problemas, mas sobretudo de ampliar a massa dos textos gramscianos postos à disposição do leitor de língua portuguesa, apresentei à Civilização Brasileira (hoje sob nova gestão) a proposta de uma nova edição brasileira das obras de Gramsci. Já que, nesse meio tempo, foi finalmente publicada a edição crítica dos *Cadernos* (sob a orientação de Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1975), que certamente revolucionou os estudos gramscianos, a nova edição brasileira dos *Cadernos* não poderia se basear somente na velha edição temática “togliattiana”, malgrado o indiscutível papel positivo por ela desempenhado no sentido de promover em todo o mundo (mas sobre-

tudo na Itália) o encaminhamento inicial ao estudo de Gramsci.

Nossa proposta, portanto, não é retomar a edição temática, simplesmente complementando-a com os volumes ainda inéditos no Brasil. Iremos fazer uma edição diversa, original: todos os seis volumes previstos terão como eixos os “cadernos especiais”, aqueles nos quais Gramsci retomou e reescreveu seus apontamentos iniciais, agrupando-os segundo temas mais ou menos orgânicos. Todos esses “cadernos especiais” serão assim reproduzidos tal como se encontram na edição Gerratana, que reproduz os próprios manuscritos gramscianos. Após cada “caderno especial”, o leitor brasileiro encontrará sempre uma parte intitulada “Dos cadernos miscelâneos” (que são aqueles onde Gramsci reuniu fragmentariamente apontamentos sobre temas variados), na qual estarão contidas as notas “miscelâneas” relacionadas com o tema do “caderno especial” em questão.

Para sublinhar a diferença com a edição temática, todos os volumes da nossa nova edição terão expressamente como título geral *Cadernos do cárcere* (vol. 1, 2, 3, etc.), seguido de subtítulos apenas indicativos, baseados de resto nos próprios títulos dados por Gramsci aos “cadernos especiais”.

VOLUMES PREVISTOS

Serão os seguintes (salvo eventuais pequenas alterações) o conteúdo e os subtítulos dos seis volumes previstos:

1. *Introdução ao estudo da filosofia*. A *filosofia de Benedetto Croce* (cadernos 11 e 10 e as notas extraídas dos “cadernos miscelâneos”);

SERÃO LANÇADOS, ATÉ O FINAL DO ANO, OS PRIMEIROS VOLUMES DA EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE GRAMSCI, INCLUINDO OS SEIS VOLUMES DOS “CADERNOS DO CÁRCERE”.

CARLOS NELSON COUTINHO

2. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo* (com os cadernos 12, 24 e 28 e as relativas notas miscelâneas);

3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política* (cadernos 13 e 18 e id.);

4. *Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo* (cadernos 16, 26, 20 e 22 e id.);

5. *O Risorgimento italiano. História dos grupos sociais subalternos* (cadernos 19 e 25 e id.);

6. *Literatura. Folclore. Gramática* (cadernos 21, 23, 27 e 29 e id.).

Penso assim que a solução que encontramos para a nova edição brasileira dos *Cadernos* oferecerá ao leitor de língua portuguesa não apenas as vantagens de uma maior acessibilidade aos textos gramscianos, possibilitada pela edição temática, mas também por à sua disposição, ao mesmo tempo, os instrumentos que lhe permitirão desfrutar do rigor filológico próprio da edição Gerratana. Enquanto o leitor mais exigente poderá recompor, com facilidade, todo o percurso cronológico seguido por Gramsci na elaboração dos seus *Cadernos*, o leitor iniciante terá os meios de não se perder no labirinto das anotações carcerárias do revolucionário italiano, já que poderá perceber os eixos temáticos que lhe serviram de fio condutor. Além de “notas ao texto” presentes em cada volume, nossa edição prevê ainda, como complemento do volume 6, um detalhado índice temático dos principais conceitos gramscianos.

Além dos *Cadernos*, o projeto das “Obras de Antonio Gramsci” contempla ainda não apenas a publicação em dois grossos volumes de uma seleção dos escritos pré-carcerários de nosso autor – em sua maioria ainda inéditos em português –, mas também uma nova tradução integral das *Cartas do cárcere*, feita com base na atualizada edição organizada por Antonio A. Santucci (Sellerio, Palermo, 1997). Enquanto os seis volumes dos *Cadernos* estão previstos para sair ainda em 1999-2000, os *Escritos políticos 1910-1926* e as *Cartas* deverão ser publicados em 2001.

CARLOS NELSON COUTINHO É O ORGANIZADOR DA NOVA EDIÇÃO DAS OBRAS DE GRAMSCI NO BRASIL E AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE “GRAMSCI. UM ESTUDO SOBRE SEU PENSAMENTO POLÍTICO” (RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1999, 320 P.). UMA VERSÃO ANTERIOR DESTA ARTIGO ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA DO SITE “GRAMSCI E O BRASIL”: [HTTP://WWW.ARTNET.COM.BR/GRAMSCI/](http://www.artnet.com.br/gramsci/)

COLETÂNEA DE FLÁVIO AGUIAR RECONTA A HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL PELOS OLHOS DA LITERATURA.

CAIO GALVÃO

Acaba de ser lançado pela Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, com organização de Flávio Aguiar e ilustrações de Enio Squeff, o livro *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*, uma bela antologia de textos que convidam o leitor a viajar pela história do Brasil.

A marca desse livro é a multiplicidade de olhares, manifestos em diferentes expressões literárias - narrativa, conto, romance, poesia, oratória, literatura de viagem. Recorrendo a cronistas, catequistas, poetas e ficcionistas, o livro mostra, sob diversos ângulos, o Brasil, do descobrimento até hoje, tendo como referência as relações dos homens com a terra.

Flávio Aguiar organizou a pesquisa buscando abranger três momentos da relação dos homens com a terra, esse espaço muito especial de vida e trabalho: a conquista - a ocupação da terra e os conflitos decorrentes; a fixação - consolidação dos sistemas de propriedade e modalidades de trabalho; a exclusão - a outra face da produção agrária que incluiu contingentes de povos nativos, africanos e imigrantes europeus.

São muitos os autores dos textos compilados que foram distribuídos em sete momentos, que recortam a história brasileira: período colonial, séculos XVI e XVII; o século das luzes; o século XIX: a consolidação do Império e sua crise; primeiros tempos da República; os modernistas e a literatura da década de 30; o pós-guerra e a instalação da ditadura militar; do auge da ditadura ao seu declínio.

A multiplicidade de olhares anunciada pode ser ilustrada pelas diferentes



A TERRA E O TRABALHO DOS BRASILEIROS

abordagens da condição e do trabalho dos escravos, que o livro privilegia por compreender o significado da escravidão "como elo definidor de um modelo de produção cuja longevidade e extensão deixaram seqüelas até hoje".

Nos sermões de Padre Vieira, a escravidão aparece como fato dramático que requer explicação e são veementes seus clamores contra os maus tratos a que os senhores submetiam os escravos. Para Antonil, a escravidão torna-se uma contingência da vida comum e integrada (e necessária) à lógica mercantil e sua preocupação com a forma como os escravos eram tratados devia mais ao seu interesse na produtividade dos empreendimentos. Já nos poemas abolicionistas de Castro Alves, o escravo é dignificado e recupera sua condição humana, com seus dramas existenciais e íntimos.

O prefácio, escrito por Antonio Cân-

dido, demarca a trilha construída pelo editor, de texto em texto, destacando os aspectos que serão encontrados nessa entrada "no Brasil pela sucessão dos tempos", que vai desvelando a realidade "como se fosse vista pelo oprimido, mas também pelo opressor". Assim, os textos percorrem a "descrição da terra, (o) relato sobre os modos de ocupá-la, (os) costumes dos que nela vivem, (a) opressão exercida pelo mais forte sobre o mais fraco, a iniquidade da escravidão, os obstáculos ao trabalho livre".

Nesse tipo de obra, como nos ensina Antonio Cândido, ressalta-se a característica da literatura de "transformar a realidade em texto", expressando a capacidade que tem o escritor de arranjar as palavras de maneira que elas suscitem uma "representação", mais do que um "registro". A representação de um país onde mulheres e homens "espoliados"

e "oprimidos pelas diversas formas de prepotência são tratados frequentemente como se fossem solo e mato, não seres humanos iguais aos que oprimem e contra os quais por vezes se revoltam".

Percorrer esse "mundo além do nosso mundo, que, no entanto, nos faz compreendê-lo melhor é o convite que esse livro faz ao leitor, com a certeza de que através desses escritos que o "libera do momento, isto é, da vida, para trazê-lo de volta a ela mais lúcido e mais consciente".

Outra iniciativa, que também contribui para recontar essa história, é a antologia de contos organizada por Roniwalter Jatobá, *Trabalhadores do Brasil: histórias do povo brasileiro* (Geração Editorial, 1998). Esse livro revela como diferentes autores nacionais abordaram homens, mulheres e crianças no dia-a-dia de sua sobrevivência, nos últimos cem anos da vida brasileira.

Esses dois livros contribuem para montar um painel da saga do povo brasileiro, desvendar o processo desumanizador, que coloca gente contra gente, iluminar a história dos que lutam, no campo e na cidade, sem ilusões, mas decididos a afirmar sua dignidade, a fazer valer sua vontade, seus sonhos e desejos.

CAIO GALVÃO É MESTRANDO EM SOCIOLOGIA NA UFMG.

NEOLIBERALISMO E SINDICALISMO

O LIVRO DE ARMANDO BOITO ESTUDA A REAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL ÀS POLÍTICAS DO CAPITAL DOMINANTES NOS ANOS 90 E DESTACA O PAPEL DA LUTA IDEOLÓGICA NA LUTA DE CLASSES.

CLAUDINEI COLETTI

A análise crítica da ofensiva neoliberal no Brasil é tarefa ambiciosa e difícil de ser realizada, por se tratar de fenômeno recente, inacabado e portador de uma multiplicidade de determinações e de conseqüências que o tornam extremamente complexo. É esta a tarefa à qual se propõe Armando Boito em *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. (São Paulo: Xamã, 1999) e, reconheçamos de imediato, a acuidade analítica do autor conduz a um resultado surpreendente. Trata-se de uma pesquisa que consegue aliar rigor teórico, vasta fundamentação empírica e, mais que isso, posicionamento político claro frente à questão tratada. O resultado é uma análise de conjuntura de profundidade incomum, acompanhada de uma proposta de intervenção prática na realidade.

O livro está dividido em duas partes: na primeira o objetivo é caracterizar a ideologia e a política neoliberal, examinar as relações dessa política com as diferentes frações da classe dominante e averiguar como tal política tem afetado os trabalhadores; na segunda, trata-se de analisar as posições que o movimento sindical tem assumido diante do neoliberalismo.

A ideologia neoliberal, diz Boito, é um liberalismo econômico que, no plano doutrinário, exalta o mercado e a concorrência, enquanto que no plano da ação prática preserva os monopólios e não dispensa a intervenção estatal, sobretudo quando esta ocorre a favor do capital financeiro, do imperialismo e da grande burguesia monopolista. A fração burguesa hegemônica no interior do bloco no poder no Brasil dos anos 90 é o grande capital bancário nacional e o capital financeiro internacional.

No que se refere aos trabalhadores, tem ocorrido um processo de reconcentração de renda, de aumento do desemprego, de degradação das condições de trabalho e dos salários e uma redução drástica dos gastos sociais do Estado.

Ora, e como o sindicalismo tem se colocado diante desse quadro? A Força Sindical, central pelega e de direita, esteve sempre a serviço dos governos neoliberais. Quanto à CUT, o autor observa uma mudança de concepção e de estratégia, bancada pela sua corrente majoritária, a Articulação Sindical: de um sindicalismo de protesto e de luta nos

anos 80, passou a defender um sindicalismo propositivo, ou seja, a central deveria passar a elaborar propostas para negociá-las com os empresários e com os governos neoliberais. Essa nova postura da CUT significou, segundo Boito, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal. Não que a CUT tenha aderido ao neoliberalismo, mas o fato é que alguns dos pressupostos neoliberais penetraram o ideário cutista.

O autor conclui que o momento é de defensiva para o movimento popular, estando ausentes as condições para uma ofensiva revolucionária no Brasil. A questão, portanto, é conceber um programa e um quadro de alianças para uma frente política antiliberal apropriada à fase defensiva atual. Este é o primeiro passo a partir do qual o movimento operário e popular e as esquerdas poderiam caminhar para uma reforma antiliberal, e desta, para reformas mais profundas.

O fato é que o neoliberalismo vai se convertendo numa nova hegemonia burguesa no Brasil. Mas como explicar tal hegemonia, tendo em vista seu caráter antipopular? Boito afirma tratar-se de

uma hegemonia regressiva, que impõe sacrifícios e não faz concessões às classes populares. Por isso é superficial e instável. Neste sentido, cabe às esquerdas a tarefa de explorar tais fraquezas, pondo a nu as dissimulações da propaganda neoliberal.

Chegamos aqui a uma questão fundamental que perpassa o texto: a importância da luta ideológica na luta de classes. Desnudar a verdadeira natureza da ideologia e da política neoliberal é um primeiro passo (decisivo) para delimitar o campo do inimigo e combatê-lo com eficácia. Neste sentido, o livro de Boito configura-se como uma contribuição decisiva para essa luta. Leitura obrigatória, portanto, para todos os intelectuais e militantes de esquerda, comprometidos com a superação da atual conjuntura brasileira, extremamente adversa às classes trabalhadoras.

CLAUDINEI COLETTI É MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA, DOUTORANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO IFCH/UNICAMP, AUTOR DE A ESTRUTURA SINDICAL NO CAMPO, CAMPINAS (SP): ED. DA UNICAMP, 1998.

Terra Nostra: violências globais contra a imigração italiana

No Brasil, as novelas são programas televisivos de imenso público e poderosos instrumentos de condicionamento das visões de mundo. *Terra Nostra*, a nova novela das oito da Globo, de Benedito Ruy Barbosa, estreou em 20 de setembro, precedida de grande expectativa e campanha publicitária.

O objetivo da super-produção é narrar aspectos da saga dos italianos imigrados no Brasil, desde a ótica popular; segundo os produtores. A produção da novela preocupou-se com os mínimos detalhes dos cenários. A trilha sonora foi feita a partir de músicas da época. A Globo espera que a novela recupere o ibope perdido no horário das oito.

MAL-ESTAR

Os primeiros capítulos de *Terra Nostra* provocaram mal-estar entre a comunidade italiana residente no Brasil e estudiosos do passado ítalo-brasileiro. A novela constituiu gênero literário menor, destinado ao grande público. Sobre tudo nas mãos da Globo, transformou-se em mercadoria cultural, de estrutura superficial, sem mensagens densas e finezas estéticas.

Nesse contexto, compreende-se que os produtores insistam em aspectos espetaculares da imigração, como a travessia, que se aproxima da visão hollywoodiana da viagem do Titanic e se afasta do que a memória e a historiografia ensinam. Os camponeses passam a travessia dançando a *tarantella*, apesar de serem vênnetos e lombardos, desabitados a tais exteriorizações de alegria e desconhecidos do baile meridional. Que diriam os brasileiros se em novela italiana gaúchos embombachados do século XIX passassem a vida dançando frevo!

Tolera-se até mesmo as soluções linguísticas. Apesar do tormento que a fala híbrida dos imigrantes provoca aos ouvidos de falantes italianos, a opção é o recurso semiótico criado pela cinematografia de classe C para que o espectador compreenda que o personagem é estrangeiro. É também cômica a pronúncia carioca de Janete e de Marco Antônio, na novela representantes de tradicional família paulistana.

Há inúmeros outros equívocos linguísticos. Os imigrantes expressavam-se mais nos seus dialetos do que no italiano gramatical. Portanto, serviam-se do "mi" e não do "io", repetido incessantemente pelos personagens globais. Também é paradoxal a questão dos nomes. «Francesco» — que representa o industrial Matarazzo — conserva a grafia e a pronúncia de origem. Os nomes de outros imigrantes abrambraram-se inexplicavelmente. «Matteo» torna-se «Matheu» e «Giuliana», «Juliana».

Os italianos da novela falam português de maneira estranha às características fonológicas italianas. Imitam a pronúncia típica dos descendentes de africanos escravizados — perda do /r/ final (*ceita; té; fazê*), o /l/ substituído pelo /r/ (*quarquê*, no lugar de *qualquer*), a pronúncia /tchi/ no lugar de /ti/, etc.

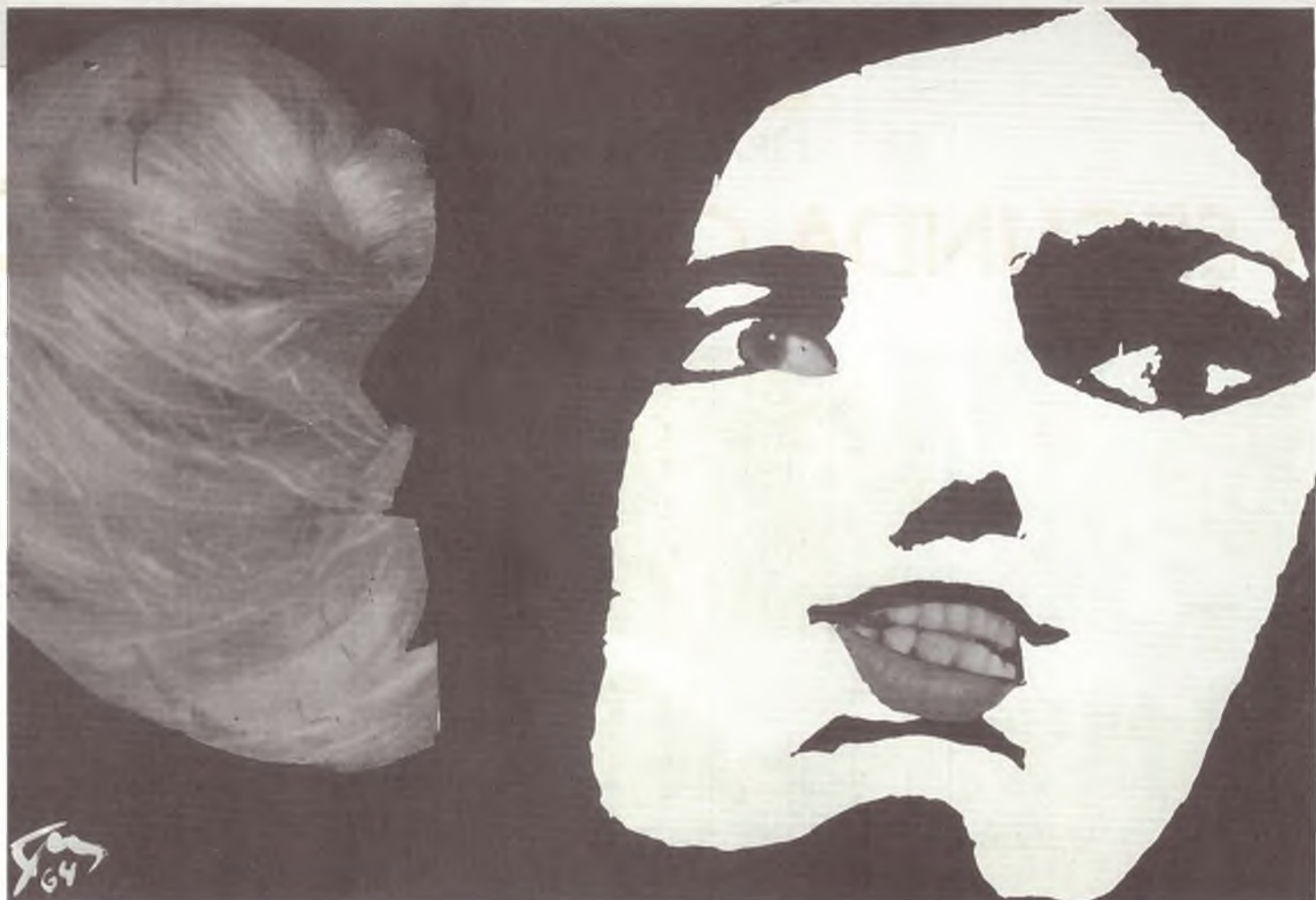
A novela deve reproduzir, artisticamente, a essência dos fatos narrados, mesmo se afastando dos detalhes reais. *Terra Nostra* imita a realidade, quanto às minudências superficiais, pouco importantes, e violenta aspectos sociais e antropológicos fundamentais dos fatos narrados.

AS MULHERES CAMPONESAS

Sobretudo impressiona a apresentação das protagonistas femininas, despidas das características essenciais das camponesas do norte da Itália. Contrariamente às mulheres da elite brasileira, como Angélica e sua mãe, as jovens italianas pobres são desprovidas da inocência, da reserva e da prudência para com os homens e o sexo.

Na Itália rural de então, os encontros entre jovens eram raros e difíceis e deviam seguir rígido percurso através do noivado e casamento, até as relações sexuais. Interiorizadas, essas concepções determinavam que as transgressões fossem condenadas até mesmo pelo infrator; sobretudo quando mulher.

No comportamento e no vestir, as camponesas de *Terra Nostra* são expansivas, quase vulgares. Leonora, italiana e doméstica, é a antítese de sua patroa brasileira, que é mo-



delo de reserva moral. Ao contrário de Maria do Socorro, Leonora é muito informada quanto ao sexo. A imigrante Juliana, se tivesse existido, dificilmente tomaria a iniciativa de fazer sexo com rapaz quase desconhecido e atingido pela peste, doença abominada pelos camponeses. É inverossímil uma jovem imigrante como Paola que se comporta com o rico Augusto como prostituta de luxo.

Às imigrantes de *Terra Nostra* falta o reflexo condicionado, quase atávico, de horror à ociosidade. Se na Itália de hoje é ainda raro ver mulher do campo inativa, o que pensar das camponesas do passado! Mesmo nas horas de descanso, costuravam, cerziam, bordavam, filavam, ocupavam-se de seus filhos e homens.

As camponesas da Globo são mulheres modernas, liberadas, igualzinhas às lindas moças estereotipadas dos programas televisivos. As italianas de *Terra Nostra* repetem o padrão global de comportamento da mulher carioca da classe média alta neste fim de século. Suas vidas são uma sucessão de relações afetivas superficiais, absolutamente estranhas à existência sofrida e batalhadora das mulheres brasileiras reais.

Terra Nostra não consegue jamais apreender e retratar os hábitos, razões e esperanças das mulheres e dos homens que, de 1875 a 1910, deixaram a vida miserável, numa Itália apenas unificada, para lutarem, no Brasil, por existência mais digna, pelo direito ao trabalho, por um naco de terra. *Terra Nostra* constitui paródia ficcional que ofende sobremaneira a mulher imigrante de ontem e brasileira de hoje.

Florence Carboni é italiana, professora de lingüística na UPF, RS, e diretora cultural da Associazione Culturale Italiana del RS. E-mail: florence@pro.via-rs.com.br

DE OLHOS BEM FECHADOS

Por mais que dê vontade de fugir do blá-blá-blá que ronda o filme derradeiro de Stanley Kubrick, *De Olhos Bem Fechados*, e comentar sobre qualquer outro do circuito, com até mesmo mais méritos, parece impossível fazê-lo, tal foi a expectativa e repercussão.

Correndo risco de nadar contra a maré da paixão geral que o filme despertou, assumo que considerarei-o uma obra menor do autor — que está longe, também, de ser "o fenômeno do século" em cinema. Isto significa dizer que Stanley Kubrick não era genial? Longe disto: como qualquer gênio teve altos e baixos, acertos e desacertos; como qualquer gênio, sua trajetória de vida merece destaque.

Se para alguns *2001* (1968) é um filme perfeito, se para mim o melhor de todos, pelo conjunto, é *O Iluminado* (1980), se para outros *Laranja Mecânica* (1971) não se desculpa pela violência... isto pouco importa, pois tudo o que Kubrick queria dizer disse, tocando, de diferenciadas formas, a todos.

De Olhos Bem Fechados parece ser uma sinopse de todos os temas levantados em seus outros filmes: a hipocrisia, a mercantilização, a violência, a sexualidade, o moralismo, o pessimismo, o receio quanto ao futuro... tudo, como sempre, regado a uma técnica impecável, um grande trabalho de fotografia e direção de arte, uma cuidadosa seleção musical. De todos os filmes anteriores, é o que mais se

aproxima de *Lolita* (1962), pela denúncia à hipocrisia das relações sociais e pela sexualidade presente, comandando tudo.

O que vemos na tela é um sonho acalentado durante vinte anos por Kubrick: adaptar o livro *Traumnovelle*, de Arthur Schnitzler, autor austríaco interessado na psicologia da sexualidade, crítico contumaz da burguesia que compra e vende os seres humanos.

E quem melhor para representar o casal que se emaranha neste mundo de prostituição humana, de aparências, de mentiras e de beleza cosmética que o novo casal símbolo de Hollywood, Kidman e Cruise?

E quem melhor para dirigi-lo que Stanley Kubrick que sempre se negou a Hollywood e deu sua última risada usando os símbolos dela mesma para criticá-la?

De saída, cenas domésticas (Kidman fazendo xixi, Cruise procurando sua carteira...) fazem contraponto ao ofuscante mundo milionário das festas, onde o casal tenta a todo custo parecer "bem integrado", um pouco desconfortável com as situações que se apresentam, mas tentando a todo custo parecer "normal". Só que este mundo burguês que dá também exige. O glamour e a riqueza da festa, associada a vulgaridade e banalidade das relações perturbam o casal, que não sai ileso. Tão logo se vêem na "paz do lar" deixam suas próprias máscaras caírem e revelações perturbadoras surgem para quebrar o pretenso equilíbrio doméstico.

A partir daí é uma queda sem freio aos abismos da noite e das almas, onde nada será o que parece ser. O personagem de Tom Cruise, o médico Bill, busca inocentemente uma "vingancinha" contra a esposa, mas perde-se ante a uma ingenuidade inconcebível aos tempos atuais, uma total incapacidade de enxergar o que de fato ocorre.

O personagem ostenta uma impáfia bonitinha, portando uma carteira com a credencial de médico e muitos dólares, apresentando uma ou distribuindo outros sempre que a ocasião pedir... todavia vemos que ele não é nada, apenas mais um pé-de-chinelo de um mecanismo social que quer mais, muito mais. E é dolorosa e lenta esta descoberta pelo personagem.

Ainda bem que é lenta, pode dizer o público, pois graças a ela podemos ver o ritual das máscaras, uma seqüência impressionante, hipnotizante, como outras que podemos lembrar dos filmes de Kubrick.

De Olhos Bem Fechados pode não causar qualquer empatia a pessoas que consideram que discussões sobre a sexualidade e relações sociais são muito mais profundas do que o autor, há muito recluso e distante do convívio social, tenta passar. Todavia, o triunfo técnico do cinema de Kubrick vale um ingresso (e muitos outros).

Luciana Rodrigues

INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

http://www.artnet.com.br/gramsci/
É a página de "Gramsci e o Brasil", um sítio que reúne gramscianos brasileiros - incluídos vários petistas. Tem análises de conjuntura política e textos teóricos.

http://www.terravista.pt/ilhadoMel/1917/
É o sítio de Combate, órgão do Partido Socialista Revolucionário (PSR, seção portuguesa da IVª Internacional); página de uma esquerda radical na forma e no conteúdo, que se pode ler na língua de Camões.

http://hussonet.free.fr/
Essa página reúne todos os artigos recentes de Michel Husson, um dos principais economistas marxistas europeus da atualidade, militante da Liga Comunista Revolucionária (LCR, seção francesa da IVª Internacional). As matérias estão em francês.

http://www.nodo50.org/fid/
Página da Fundación para la Igualdad y la Democracia (FID), organização criada pelo "Setor Crítico" que é a oposição de esquerda da central Comisiones Obreras (CC.OO.) do Estado Espanhol. Dá acesso ao jornal dessa corrente ("CrítiCCOOs") e às declarações públicas desse setor ("Debates"). Tudo em castelhano.

PIRATARIA ATRAVÉS DAS PATENTES

A SEGUNDA CHEGADA DE COLOMBO

WALDEMAR DE ANDRADE, MANDI NG BALANCO, 1983



A CRIAÇÃO DA PROPRIEDADE ATRAVÉS DA PIRATARIA DAS RIQUEZAS DOS OUTROS PERMANECE A MESMA QUE HÁ 500 ANOS ATRÁS.

VANDANA SHIVA

Em 17 de abril de 1492, a rainha Isabel e o rei Fernando concederam a Cristovão Colombo os privilégios de “descoberta e conquista”. Um ano depois, em 4 de maio de 1493, o papa Alexandre VI, através da sua “Bula da Doação” cedeu todas as ilhas e territórios “descobertos e ainda por descobrir, cem léguas a oeste e ao sul dos Açores em direção à Índia”, e ainda não ocupadas ou pretendidas por qualquer rei ou príncipe cristão até o Natal de 1492, aos monarcas católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Como afirmou Walter Ullman em *Papismo medieval*:

“O Papa como o vigário de Deus comandava o mundo, como se ele fosse um instrumento em suas mãos; o Papa, apoiado pelos canonistas, considerou o mundo como sua propriedade para dispor dela de acordo com sua vontade”.

Cartas e patentes transformaram, desta forma, atos de pirataria em vontade divina. Os povos e nações que eram colonizados não pertenciam ao Papa que os “doou”, ainda que esta jurisprudência canônica fizesse dos monarcas cristãos da Europa senhores de todas as nações, “onde quer que elas pudessem ser encontradas e quaisquer que fossem as crenças que elas professassem”. O princípio da “ocupação efetiva” por príncipes cristãos, a “não-ocupação” das terras visadas e o “dever” de incorporar os “selvagens” eram componentes das cartas e patentes.

A Bula Papal, a carta de Colombo e as patentes oferecidas pelos monarcas europeus estabeleceram os fundamentos jurídi-

cos e morais para a colonização e o extermínio de povos não-europeus. A população nativa americana declinou de 72 milhões em 1492 para menos de 4 milhões poucos séculos depois.

NOVOS FUNDAMENTOS DA COLONIZAÇÃO

Cinco séculos depois de Colombo, uma versão mais secular do mesmo projeto de colonização tem continuidade através de patentes e direitos de propriedade intelectual. A Bula Papal foi substituída pelo tratado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT em inglês). O princípio da ocupação efetiva por príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva pelas corporações transnacionais apoiadas pelos dominadores modernos. A não-ocupação das terras visada foi substituída pela não-ocupação das formas de vida visadas e espécies manipuladas pelas novas biotecnologias. O dever de incorporar selvagens na cristandade foi substituído pelo dever de incorporar as economias locais e nacionais no mercado global e de incorporar sistemas de conhecimento não-ocidentais no reducionismo da ciência e da tecnologia ocidentais comercializadas.

A criação da propriedade através da pirataria das riquezas dos outros permanece a mesma que há 500 anos atrás.

A liberdade que as corporações transnacionais estão reclamando através da proteção aos direitos de propriedade intelectual nos acordos do GATT relativos aos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPs em inglês) é a liberdade que os colonizadores europeus tem reclamado desde 1492. Colombo estabeleceu um precedente quando ele tratou a licença para conquistar os povos não-europeus como um direito natural dos homens europeus. Os títulos de terras oferecidos pelo papa através dos reis e rainhas europeus foram as primeiras patentes. A liberdade do colonizador foi construída através da escravidão e subjugação dos povos com direitos originais à terra. Esta apropriação violenta foi tornada “natural” definindo-se

o povo colonizado como natureza, negando-lhes então sua humanidade e liberdade.

O texto de John Locke sobre a propriedade (*Dois tratados sobre o governo*) efetivamente legitimaram este processo de saque e roubo durante o movimento dos cercamentos das terras comunitárias feudais na Europa. Locke claramente articulou a liberdade do capitalismo para construir a liberdade para roubar; cria-se propriedade removendo recursos da natureza e misturando-os com trabalho. Este “trabalho” não é físico, mas trabalho em sua forma “espiritual”, como manifesta no controle do capital. De acordo com Locke, apenas aqueles que possuem capital têm o direito natural a possuir recursos naturais, um direito que supera os direitos comuns dos outros. O capital é assim definido como uma fonte de liberdade que, ao mesmo tempo, nega a liberdade à terra, florestas, rios e biodiversidade que o capital afirma como seus e à outros cujos direitos são baseados no seu trabalho. A devolução da propriedade privada ao povo comum é percebida como expropriação pelos detentores do capital da liberdade. Assim, camponeses e povos tribais que reivindicam o retorno de seus direitos e acesso aos recursos são vistos como ladrões.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E PIRATARIA

Estas noções eurocêntricas de propriedade e pirataria são as bases sobre as quais as leis sobre Direitos de Propriedade Intelectual do GATT e da Organização Mundial do Comércio foram formuladas. Quando os europeus primeiro colonizaram o mundo não-europeu, eles sentiram que era seu dever “descobrir e conquistar”, “subordinar, ocupar e tomar posse”. Parece que os poderes ocidentais ainda são conduzidos pelo impulso colonizador para descobrir, conquistar, apropriar-se e tomar posse de tudo, de cada sociedade, de cada cultura. As colônias foram agora estendidas ao espaço interior, os “códigos genéticos” das formas de vida, dos micróbios e plantas aos animais, incluindo humanos.

John Moore, um paciente de câncer, teve as linhagens de suas células patenteadas por seu próprio médico. Em 1996, *Myriad Pharmaceuticals*, uma companhia com base nos Estados Unidos, patenteou o gene do câncer do seio nas mulheres para obter um monopólio sobre diagnósticos e testes. As linhagens de células dos Hagahai da Papua Nova Guiné e dos Guami do Panamá foram patenteadas pela Secretaria de Comércio dos Estados Unidos.

O desenvolvimento e troca naturais de conhecimentos foi, de fato, criminalizado pelo Ato de Espionagem Econômica de 1996, que se tornou uma lei norte-americana em 17 de setembro e dá poderes às agências de inteligência daquele país para investigar as atividades normais dos povos pelo mundo afora. O Ato considera os direitos de propriedade intelectual das corporações norte-americanas como vitais à segurança nacional.

A presunção de terras vazias, *terra nullius*, está agora sendo estendida à “vida vazia”, sementes e plantas medicinais. A apropriação de recursos nativos durante a colonização foi justificada com base em que os povos indígenas não “desenvolviam” sua terra.

A mesma lógica é agora utilizada para tomar a biodiversidade de seus proprietários originais e criadores, definindo suas se-

mentes, plantas medicinais e conhecimentos médicos como natureza, como não ciência, e tratando os instrumentos da engenharia genética como porretes do “desenvolvimento”. A definição do cristianismo como a única religião e todas as outras crenças e cosmologias como primitivas encontra seu paralelo na definição da ciência comercializada do Ocidente como a única ciência, e todos os outros sistemas de conhecimento como primitivos.

DIREITO NATURAL DAS CORPORações

500 anos atrás era o bastante ser uma cultura não-cristã para perder todas suas posses e direitos. 500 anos depois de Colombo, é o bastante ser uma cultura não-ocidental com uma visão de mundo distinta e sistemas de conhecimento diversos para perder todas estas posses e direitos. A humanidade dos outros foi encoberta neles e seu intelecto está sendo encoberto agora. Territórios conquistados foram tratados como despovoados pelas patentes dos séculos XV e XVI. Pessoas foram naturalizadas como “nossos súditos”. Na sequência desta conquista através da naturalização, a biodiversidade está sendo definida como natureza – as contribuições culturais e intelectuais dos sistemas de conhecimento não-ocidentais estão sendo sistematicamente erodidas.

As patentes de hoje tem um continuidade com aquelas oferecidas à Colombo, Sir John Cabot, Sir Humphery Gilbert e Sir Walter Raleigh. Os conflitos que foram desencadeados pelos tratados do GATT, pelo patenteamento de formas de vida, pelo patenteamento de conhecimentos indígenas e pela engenharia genética estão enraizados em processos que podem ser resumidos e simbolizados como a segunda chegada de Colombo.

No coração da “descoberta” de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para o benefício do colonizado. No coração do tratado do GATT e de suas leis de patentes esta o tratamento da biopirataria como um direito natural das corporações ocidentais, necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do Terceiro Mundo.

A biopirataria é a “descoberta” de Colombo 500 anos depois de Colombo. As patentes ainda são o meio para legitimar e proteger esta pirataria das riquezas dos povos não-europeus como se fosse um direito das potências ocidentais.

Através de patentes e da engenharia genética, novas colônias estão sendo estabelecidas. A terra, os rios, os oceanos e a atmosfera foram todas colonizadas, erodidas e poluídas. O capital tem agora que procurar por novas colônias para invadir e explorar na sua acumulação. Estas novas colônias estão, na minha opinião, nos espaços interiores dos corpos das mulheres, plantas e animais. Resistir à biopirataria é resistir à própria colonização final – do futuro da evolução bem como do futuro das tradições não-ocidentais relacionadas com a natureza e seu conhecimento. É uma luta para proteger a liberdade de culturas diversas evoluírem. É uma luta para conservar tanto a biodiversidade cultural como biológica.

VANDANA SHIVA É FÍSICA, FILÓSOFA, AUTORA DE INÚMERAS OBRAS E UMA DESTACADA ATIVISTA DO MOVIMENTO ECOLÓGICO. ESTE TEXTO É A INTRODUÇÃO DE SEU LIVRO *BIOPYRACY: THE PLUNDER OF NATURE AND KNOWLEDGE*. BOSTON (MA): SOUTH END PRESS, 1997.